



MULHERES ELEITAS

Mulheres
na Política



Índice

Introdução pg.03

**A Política do agora,
a utopia do presente** pg.07

**A paridade como
caminho** pg.30

**O desafio da violência
política de gênero** pg.50

**Imaginação
na prática** pg.65

**A jornada:
país a país** pg.95

Como realizamos o projeto pg.117

Quem somos pg.123

Para saber mais pg.125

Introdução

Entre tantas declarações de mulheres incríveis que ouvimos ao longo desse projeto, existe uma que nos marcou de forma singular: “Uma mulher na política, muda a [própria] mulher. Muitas mulheres na política, muda a política”. A frase da ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, sintetiza o efeito das mulheres na política. As histórias que conhecemos nos levam a crer que as mulheres que desafiam o status quo e as velhas práticas de poder estão causando uma transformação individual e coletiva. E a potência disso está, exatamente, na dinâmica entre o pessoal e o político. Quando uma dimensão toca a outra, forma-se uma onda de energia que deságua em todos os indivíduos, num fluxo contínuo, como a subida da maré.

Pode parecer inusitado começar assim, falando de uma pesquisa sobre política. Afinal, a linguagem subjetiva, poética e a linguagem política nem sempre andam lado a lado. A política das instituições, dos fatos e das notícias requer tamanha objetividade que deixa a criatividade e a imaginação de fora. A cada dia que passa, política e imaginação parecem estar mais distantes. Pode soar quase romântico ou mesmo ingênuo falar de política dessa maneira. Mas resolvemos apostar neste caminho porque nós, do Instituto Update, e as mais de 150 pessoas envolvidas nesse projeto acreditamos que a política é um exercício de futuro. Logo, a inovação política é poder imaginá-la a partir de outras perspectivas. Porque, para imaginar algo novo, é preciso deslocar-se. Assim, a inovação política só é possível se seu objetivo for a redução das desigualdades, a atualização das ações e o combate à emergência climática, práticas e processos para que a política se aproxime do cidadão. Não há inovação sem inclusão.

Este início quase poético surgiu da empolgação e da esperança que nos acompanharam desde o primeiro dia da nossa jornada, que surgiu com uma pergunta simples: se o futuro é feminino, como tanto ouvimos dizer, como as mulheres estão mudando a forma de exercer o poder? E de que maneira, a partir de seus mandatos, gabinetes e alianças, estão construindo um outro futuro possível?

Queremos despertar a imaginação política. Por isso, optamos por focar em histórias capazes de criar pontes e despertar conversas. Agradecemos a todas as acadêmicas, filósofas, estudiosas, artistas, ativistas e políticas que nos fortaleceram com seus conhecimentos e reflexões.

“Eleitas - mulheres na política” (que, além deste estudo, apresentamos em formato de série audiovisual) é sobre a inovação política das mulheres eleitas na América Latina. Começamos este percurso em 2019, com uma viagem ao México e terminamos em 2020, já imersas na pandemia do novo coronavírus, entrevistando mulheres na Bolívia e no Brasil de forma virtual.

No meio do caminho, percorremos também Colômbia, Argentina e Chile, somando seis países nos quais mergulhamos de cabeça para contar as histórias e as ideias de 107 mulheres, sendo 96 delas vereadoras, deputadas, senadoras, prefeitas e governadoras, além de onze filósofas, ativistas e acadêmicas. Em cada país, trabalhamos em parceria com uma organização local, que nos apresentou o contexto político e abriu os caminhos para a gente chegar àquelas mulheres. Ao todo, foram entrevistadas vinte mulheres pretas e pardas, setenta e oito mulheres brancas, oito mulheres indígenas¹.

Foi um ano e meio de travessia. Pelo caminho, descobrimos um mundo incrível, do qual não conhecíamos a dimensão e a potência. Os desafios também foram muitos. Como você verá nas páginas a seguir, a alegria e a dor coexistem na atuação política dessas mulheres inovadoras. Seria um enorme equívoco contar apenas uma parte da história. Queremos inspirar, sem jamais negar que estamos falando de mulheres que colocam em risco sua própria existência quando se lançam no desafio da política. E isso não é romantismo de heroínas. Elas estão a serviço do que pulsa e do que contém vida. Elas o fazem pela própria existência e por amor à dignidade da vida humana.

As entrevistadas deste estudo ocupam todo o espectro político, são de diferentes classes sociais, raças e possuem histórias de vida completamente diferentes. Desde uma ex-guerrilheira na Colômbia à primeira mulher negra trans eleita no Brasil, de uma jovem transformada pelas manifestações de rua na Argentina a uma herdeira política mexicana. E o que elas têm comum? A ousadia de questionar o status quo para redistribuir o poder e a convicção de que o momento de agir é agora. Afinal, as demandas são urgentes.

1. O questionário não contemplava a pergunta sobre autoidentificação racial, portanto, a classificação não está baseada na auto declaração das entrevistadas. A terminologia utilizada para essa classificação foi baseada no censo IBGE (Brasil) Para conhecer mais sobre as entrevistadas, [acesse aqui](#).

Sem dúvidas, este é um projeto feminista. Concordamos com a filósofa francesa Simone de Beauvoir, que já dizia: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Nesse sentido, compreendemos que se tornar feminista é um processo individual e contínuo, ao mesmo tempo em que é uma construção coletiva. Essa transformação é permeada por subjetividades próprias das vozes que as compõem - o feminismo negro, o popular, o acadêmico, o indígena, o LGBTQ+ e outros tantos-, ou mesmo por aquelas que não se encaixam em lutas específicas. O estudo leva em consideração que cada uma possui um tempo e sua própria construção de feminismo. O que definimos como critério para este estudo foi que as entrevistadas tivessem consciência do seu papel político enquanto mulher. É preciso levar em conta que, quando falamos em consciência de gênero, falamos de todas as mulheres, cis ou trans, que compreendem a opressão imposta por um sistema patriarcal que violenta psicologicamente, fisicamente e sexualmente as mulheres, há milhares de anos. Nesse sentido, suas ações políticas são orientadas pela ampliação dos direitos e das liberdades das mulheres.

Este estudo possui um recorte temporal e começa com o movimento #NiUnaMenos, iniciado na Argentina, que deflagrou a massificação do feminismo na América Latina contemporânea. Também não podemos deixar de reconhecer que a luta e resistência das mulheres não começou agora. Ela sempre existiu, principalmente entre mulheres latino-americanas. Esse movimento foi criado em diversos países, por mulheres de diferentes raças e classes sociais. As mulheres brasileiras, na década de 80, foram vanguarda na luta: durante a Constituinte de 1988, lutaram para que tivéssemos nossos direitos garantidos na nova carta magna brasileira. Mulheres como Sueli Carneiro, Heloísa Buarque, Schuma Shumaker, Branca Alves, Jacqueline Pitanguy, Benedita da Silva, Luiza Erundina, entre outras.

A luta das mulheres não começa nem se encerra nesse período. Sua força reside na resiliência e se apoia na intergeracionalidade, na construção entre gerações que trocam práticas e conhecimentos, honrando o papel de cada uma, constantemente. A vereadora mais jovem da história de Buenos Aires, Ofélia Fernández, nos disse de maneira explícita: “Não tem a ver com a ideia de que quando nós nascemos, nos anos 2000, chegou um raio feminista e os planetas se alinharam, mas sim com um processo muito anterior que nos permite ser o que somos e discutir o que discutimos”.

Nas próximas páginas, você irá encontrar histórias sobre a potência das mulheres na política e seus desafios. O primeiro capítulo, **“A política do agora: utopia do presente”**, aborda a mudança cultural que vimos emergir em toda a região e como a força das ruas desperta em mais e mais mulheres a vontade de concorrer a eleições para ocuparem os espaços de poder. O segundo capítulo, **“Paridade como caminho”**, conta como garantir mais direitos e equidade nos espaços de decisão. Sabemos que chegar lá é um caminho árduo e se manter é ainda mais difícil, por isso tratamos sobre as formas de violência política e ações para combatê-la no terceiro capítulo, **“O desafio da violência política de gênero”**.

O quarto capítulo deste estudo leva o nome de **“A imaginação na prática”**. Nele, falamos como as mulheres constroem novas formas de exercer a política. Para elas, a prática parte de uma relação contínua entre a cidadania e o poder público, que é capaz de combater o personalismo típico de uma política patriarcal e colonialista. Elas também agem de maneira transversal, vencendo barreiras partidárias em resposta à polarização da política latino-americana. Por fim, atuam a partir da criatividade como aliada no desenho de soluções para problemas complexos. A criatividade, neste caso, é mais do que um instrumento, é uma ética. A ética criativa.

Por fim, o quinto capítulo amplifica a voz das parcerias em cada país. No apêndice, há informações sobre as escolhas metodológicas, referências de estudos e pesquisas que apoiaram e inspiraram o desenvolvimento deste projeto, além de informações sobre o Instituto Update e sobre a equipe.

É uma imensa alegria poder dividir com você o que nós aprendemos com essas mulheres latino-americanas, suas subjetividades e práticas políticas. Em um momento em que o futuro desperta mais medo que esperança, sentimos a responsabilidade de jogar luz nessa potência transformadora. Este é o convite para você fazer parte e apoiar a criação desse futuro emergente e urgente.

Boa Leitura!



CAPÍTULO UM

A Política do agora, *a utopia do presente.*

A imaginação política das
mulheres na América Latina.

“Não estamos pensando
que um dia virá um futuro
revolucionário. Pensamos
que o tempo revolucionário
é o tempo presente.”

Cecília Palmeiro

ativista e escritora argentina

O espírito do tempo embala a inovação política.

Política é imaginação. É o poder de combinar experiências para imaginar outras realidades. É também uma capacidade estética que pode criar uma nova forma de fazer política.

Sociedades desiguais não permitem que todas/os os cidadãs/os tenham o direito à imaginação política. Desigualdades econômicas, raciais, culturais, sociais ou políticas afastam os eleitores do debate público. Essa falta de diálogo esgarça o nosso tecido social (como chamamos a interação entre as pessoas), as comunidades e as instituições.

Só quando entendemos que somos parte do problema, mas também parte da solução, começamos a buscar o exercício da nossa cidadania plena. Por isso, a igualdade social - que inclui erradicarmos as desigualdades impostas às mulheres e a outras minorias políticas - está profundamente conectada à saúde democrática.

Hoje, alguns países da América Latina têm os piores índices de desigualdade social e feminicídio do mundo. Segundo a ONU Mulheres, é o território mais perigoso para as mulheres fora de zonas de guerra.

Mas a América Latina também é a região que mais teve mulheres na chefia de seus países: Mireya Moscoso (Panamá), Violeta Barros (Nicarágua), Cristina Kirchner (Argentina), Dilma Rousseff (Brasil), Michelle Bachelet (Chile) e Laura Chinchilla (Costa Rica). Também saíram daqui leis de vanguarda para a equidade de gênero na política e para o combate à violência política de gênero contra mulheres e pessoas LGBT+.

**É ENTRE ESSAS
CONTRADIÇÕES QUE A
AMÉRICA LATINA ASSISTE
A UM NOVO DESPERTAR
POLÍTICO. ESSE DESPERTAR
É POTENTE, CRIATIVO
E FEITO PELAS MULHERES.
E, COMO VOCÊ VÊ,
A SEGUIR, É FEMININO.**



A força de um futuro que começou com nossas ancestrais.

Política é também um exercício de futuro. Esse futuro está sendo desenhado, agora mesmo, por mulheres de dentro e de fora dos espaços de poder. Mulheres que estão trabalhando para mudar o seu entorno, transformar a sociedade, ocupar a política e modernizar as instituições.

E, se hoje elas estão aí, é porque, antes delas, muitas outras mulheres sonharam e construíram este caminho. São exemplos como Tereza de Benguela, mulher negra à frente do Quilombo de Quariterê, que dedicou sua vida à luta pela emancipação do povo negro e estabeleceu em seu quilombo uma forma de governar semelhante a um parlamento, com deputados, um conselheiro, reuniões e uma sede.

Ou pensadoras de vanguarda do século 18, como Mary Wollstonecraft (1759 - 1797), que começaram a se reunir para reivindicar mais direitos impulsionadas pelas ideias de liberdade individual do Iluminismo. No Brasil, seu livro *Reivindicação dos Direitos da Mulher* só seria publicado em tradução livre em 1832, pela professora e ativista Nísia Floresta (1810-1885), uma das pioneiras brasileiras do movimento pelos direitos das mulheres. Alguns anos depois, em 1851, a primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres dos Estados Unidos seria marcada pela fala “Não sou eu uma mulher?”, de Sojourner Truth, mulher negra, abolicionista e ativista dos direitos da mulher. Em seu discurso, Sojourner fez uma reflexão sobre as diferentes realidades e pontos de partida das mulheres. O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes das mulheres brancas não anulava sua condição de mulher. E, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais era tão legítima quanto a das mulheres brancas que começavam a se organizar nos movimentos feministas.

Nem todos sabem que o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, remonta a uma marcha de mulheres em Nova Iorque, em 1908, que pedia por pagamentos justos e pelo direito ao voto, demanda que só ganha força no Brasil com as sufragistas, nos anos 1930.

Depois do voto, viria a demanda pelos direitos sexuais e reprodutivos. No final dos anos 1940, Simone de Beauvoir publicou *O Segundo Sexo*, influenciando as gerações seguintes, como as que começaram a sair às ruas em 1968 nos Estados Unidos e na Europa. No Brasil, como em muitos países latino-americanos, o movimento de mulheres que correu o mundo nos anos 1970 e 1980 também lutava contra a opressão das ditaduras militares.

No Chile, a jornalista Beatriz Sanchez nos lembrou da força das mulheres na luta contra a ditadura. Por volta dos anos 1980, mulheres de várias correntes que se opunham ao regime de Augusto Pinochet se reuniram em um movimento chamado “*Mujeres por la Democracia*”. E o fizeram muito antes dos seus partidos políticos, presididos por homens. “E elas agiam de uma maneira muito interessante: em silêncio. Eram marchas enormes só de mulheres em silêncio. E a polícia chegava e as dispersava com jatos d’água, de maneira muito violenta”.

No contexto brasileiro, com a redemocratização, esse movimento de mulheres foi a base de apoio popular para o “lobby do batom”, como ficaram conhecidas as 26 deputadas da Assembleia Nacional Constituinte que batalharam por uma constituição mais igualitária.



Fonte: Agência Senado

Lobby do Batom no Brasil, 1988.



Fonte: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos

Mulheres se manifestam nas ruas de Santiago do Chile, 1980.

Na mesma época, Lélia Gonzalez, intelectual e feminista negra brasileira, produziu diversas reflexões sobre as diferentes trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado, evidenciando, dessa forma, as histórias das mulheres negras e indígenas, no Brasil, na América Latina e no Caribe. Com o amadurecimento da democracia, o apelo ao combate à violência doméstica e ao estupro também entraram no debate público, com imensa presença do feminismo, no Congresso e na sociedade civil. Nessa mesma época, década de 80, surgiram as primeiras delegacias da mulher, conselhos da condição feminina e ONGs feministas, que fortaleceram o movimento social das mulheres.

A busca das mulheres por mais direitos é um movimento ancestral e em constante construção. No século 21, esse movimento ganhou mais pluralidade e o poder de alcance da internet. Tornou-se um movimento massivo e tomou conta de várias sociedades, como uma onda impossível de ser detida.

Com essas novas formas de comunicação, também acessamos novas linguagens, novos símbolos. Mudar o vocabulário muda a nossa forma de compreender o mundo e de nos organizar. É só pensar em como os antes chamados “crimes passionais” hoje nomeiam-se corretamente pelo que, de fato, são: feminicídios. E esse novo vocabulário é poderoso, porque muda a estrutura de pensamento e contribui para alterar, junto, toda uma cultura ultrapassada.



“Me interessa pensar a dimensão da linguagem, da criação de uma linguagem nova para, justamente, produzir outro tipo de organização política e outro tipo de conscientização massiva.”

Cecília Palmeiro, teórica do feminismo Queer, romancista e ativista argentina do #NiUnaMenos.

De casa para as ruas.

“Assim, cada época tem o seu papel, tem a sua responsabilidade. As mulheres do passado lutaram pelo direito ao voto, pelo direito de ser votada. Eu acho que o papel dessa geração é ocupar os espaços”, nos disse a deputada estadual Jó Pereira, presidente da Comissão da Criança, Adolescente e Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa de Maceió.

E ela tem razão. Este estudo que você está lendo começa em um desses movimentos organizados nas redes sociais: o *Ni Una Menos*, na Argentina, início de um verdadeiro levante de mulheres na América Latina. Peru, Paraguai, Brasil, Colômbia, Chile, Uruguai, México: quem participou de algum desses protestos deve ter ouvido o coro que dizia: “Se cuida, seu machista. A América Latina vai ser toda feminista”.

2. Levante que prioriza o movimento orgânico, as organizações em rede, a força da indignação das mulheres. O levante teórico também existe, no pano de fundo de estudos de gênero que convertem gênero e raça, ou nas teóricas das desigualdades raciais sob a ótica da decolonização. A opressão das mulheres na região ainda carrega marcas fortes da colonização.

A primeira marcha do *Ni Una Menos*, em 3 de junho de 2015, reuniu impressionantes 300 mil pessoas. A partir daí, a onda virou um tsunami: 500 mil pessoas, 800 mil.

O QUE MAIS CHAMAVA A ATENÇÃO NESSA MASSA ERA O SEU POTENCIAL EXPRESSIVO E ESTÉTICO: GRITOS DE GUERRA, CARTAZES, MÚSICAS, COREOGRAFIAS, FANTASIAS, MAQUIAGENS, BRILHOS CONTRASTAVAM A SÍSUDA E MOROSA POLÍTICA INSTITUCIONAL COM ENERGIA E COR.



E que a alegria das marchas não te engane: havia raiva, havia revolta, havia cansaço. Também havia poder. O *Ni Una Menos* colocou o feminicídio na pauta do dia e nas manchetes dos jornais.

“A aparição pública inicial desse sujeito coletivo de massas de 300 mil pessoas que nunca, jamais tinha aparecido nas ruas, teve a ver com um chamado que vinha da poesia”, disse a escritora e ativista argentina Cecília Palmeiro. Para ela, foi como se a poesia tivesse sido traduzida para a linguagem das redes. “E a linguagem das redes se traduziu nos corpos nas ruas”.

O *Ni Una Menos* despertou, da mesma maneira, uma onda de levantes de mulheres pela América Latina. Na Argentina, ele desaguou na Maré Verde, uma campanha pelo direito ao aborto legal. Em 2018, dois milhões de mulheres participaram de manifestações usando lenços verdes, que viraram símbolo do movimento.

Ainda em 2018, a Câmara de Deputados da Argentina aprovou o projeto de lei redigido por mulheres da sociedade civil e deputadas, mas foi vetado pelo Senado. A maré não atingiu o objetivo final, mas conseguiu colocar o assunto na mesa de jantar das famílias.

Depois do *Ni Una Menos*, as mulheres brasileiras, como as de outros países vizinhos, reforçaram o sentido do dia 8 de março como uma data de protesto e, a cada ano, mais pessoas participam das marchas.

O *Ni Una Menos* também inspirou as brasileiras a organizarem manifestações contra o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, autor de um projeto que dificultava o acesso das mulheres ao aborto legal.

Os protestos se intensificaram com as brasileiras cobrando respostas sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, ocorrido em 14 de março de 2018, e voltaram às ruas para responder à candidatura de Jair Bolsonaro à presidência, com uma mensagem clara: #EleNão. No ano seguinte, no México, o #NoMeCuidanMeViolan reuniu as mulheres nas ruas para protestar contra a violência policial.

O último desses levantes foi no final de 2019, no Chile, quando mulheres do coletivo LASTESIS fecharam uma rua, em Valparaíso, para cantar: “O patriarcado é um juiz, que nos julga por nascer. E nosso castigo é a violência que não vês. É feminicídio. Impunidade para o meu assassino. É o desaparecimento. É a violação”.

#EleNão



#NoMeCuidanMeViolan



#UnVioladorEnTuCamino



A coreografia que acompanhava a música viralizou em meio a uma onda de protestos que paralisou o Chile no fim do ano. Nos dias seguintes, a coreografia e a música “Um estuprador no seu caminho” foram repetidas por mulheres em diferentes cidades, como Bogotá, Cidade do México, Nova Iorque, Barcelona, Paris, Sydney. O que diziam as mulheres de Valparaíso era sentido por mulheres de todo o mundo. O hino se tornou global.

“Essa outra forma de fazer política não é algo exclusivo desse tempo. Mulheres em outros momentos desafiaram o status quo de outras maneiras, como as Mães da Praça de Maio, na Argentina”, disse a jornalista chilena Beatriz Sanchez. Mas a tomada das ruas, o discurso político feito com poesia, a capacidade de celebração da união, a música, a dança, o glitter: esses movimentos foram ensaios poéticos, experimentações sobre novas formas de poder. “Existe o tom acusatório, mas é performático. É fazer o contrário do sistema que estamos criticando. Há algo muito poderoso nisso.”



Quando saímos às ruas, não voltamos para casa da mesma forma. Carregamos o questionamento para dentro da estrutura familiar - esse é, também, um fator cultural relevante.

Hoje, de um canto a outro da região latino-americana, as mulheres recuperam a capacidade de reimaginar a política. Uma política voltada para a dignidade humana, para a redução das desigualdades, para a preservação da vida das mulheres, pelo direito à saúde e à felicidade - nada mais diferente da velha e ainda atual política violenta, militar, letal.

Das ruas para a política.

Essa forma de organização, onde os grupos não estão em campos opostos, mas em círculos que se conectam, transforma as mulheres íntima e politicamente, e é vivenciada pessoal e coletivamente.

Quem já esteve em uma dessas marchas conhece a sensação física de estar em meio a milhares de pessoas unidas por uma mesma causa: é eletrizante. Para algumas, pode ser transformador.

Ao ouvirem outras mulheres que vivem as mesmas violências cotidianas, entendem que o pessoal é político - e que o político é pessoal. Essa experiência pode mudar como uma mulher se sente em seu íntimo e também potencializa demandas coletivas. Isso altera a cultura na raiz da sociedade e, quando levado para dentro da política institucional, gera uma verdadeira revolução.

Nas palavras da legisladora argentina Victoria Donda, “o lugar da mulher na política mudou, e essas meninas que foram às ruas não voltaram para suas casas iguais”. E Donda sabe disso na pele. Filha de militantes mortos pela ditadura argentina, nasceu quando sua mãe estava presa na Escuela Mecánica de la Armada (ESMA). Foi sequestrada e criada como filha de um ex-prefeito e sua mulher. Mas, desde cedo, se atraiu pela militância estudantil. Depois de descobrir sua verdadeira identidade, em 2003, aos 26 anos, como a 78ª neta encontrada pelas Avós da Praça de Maio, ela começou a se interessar pela política institucional.



**AO OUVIREM
OUTRAS MULHERES
QUE VIVEM AS
MESMAS VIOLÊNCIAS
COTIDIANAS,
ENTENDEM QUE O
PESSOAL É POLÍTICO
— E QUE O POLÍTICO
É PESSOAL.**

Das ruas para as instituições.

A experiência de uma mulher numa manifestação ou em um debate sobre política muda sua percepção, pode modificar sua atitude cotidiana e despertar sua consciência sobre seu papel político na sociedade. Os Feminismos têm a força de politizar a vida.

Jovens, maduras, de famílias tradicionais, das periferias, experientes, de vanguarda: essas mulheres latino-americanas encarnam o espírito do nosso tempo. Elas entenderam que podem fazer a mudança, que podem sonhar com uma política diferente.

A boa notícia é que esse despertar já está gerando frutos. As mulheres estão se candidatando mais a cargos eletivos. E estão se elegendo.

No Chile, na última eleição legislativa, o número de senadoras subiu de seis para 10, em um total de 43 senadores, e o total de deputadas passou de 19 para 35, num universo de 155 deputados. No Brasil, o aumento no número de deputadas federais foi de 15%: de 51 para 77 eleitas, mas ainda, em maioria, mulheres brancas. Dessas, 43 ocuparam o cargo de deputada federal pela primeira vez. Na Argentina, atualmente, mulheres são 42% do Senado e 39% da Câmara dos Deputados e este foi o país pioneiro em adotar cotas femininas para o Congresso.

No México, onde a paridade de gênero no parlamento era lei na última eleição, o Senado já é ocupado por uma maioria de mulheres. Ano passado, o México estendeu a paridade para os três poderes em todos os níveis de governo. Na Bolívia, 52% do parlamento é composto por mulheres, a maior taxa da América Latina.

Para conhecer de perto a trajetória de algumas mulheres e entender como elas estão transformando a política, mapeamos 600 mulheres de perfil inovador em seis países e entrevistamos 107 delas, entre filósofas, acadêmicas, escritoras, ativistas e 96 mulheres eleitas.

Tão diferentes entre si, essas mulheres guardam algumas coisas em comum: são consideradas por nós tecedoras, porque estão reconstruindo o tecido social de seus países. Elas têm consciência de gênero e estão ocupando os espaços públicos que, muitas vezes, não estão desenhados para recebê-las, pois foram criados por homens brancos e para homens brancos.

De famílias políticas ou as primeiras de suas casas a entrar na política, essas mulheres foram levadas a esse caminho pelo profundo incômodo com a desigualdade. Na México, a senadora Martha Lucía Míchler Camarena sentiu sua vocação política por acreditar que precisava fazer algo pelos mais pobres. “Mas eu cantava e queria ser artista. Então, não conseguia encontrar uma maneira de vincular as duas coisas. Até que, finalmente, eu e meu marido fomos morar em uma comunidade rural e lá criamos uma organização camponesa.”

A chegada à política institucional tem sido uma via de mão dupla para essas mulheres. Enquanto algumas procuram por agremiações afinadas com seus ideais, outras foram convidadas a candidatar-se pelos partidos.

Não podemos desconsiderar que, em muitos países, a lei de cotas obriga os partidos políticos a cumprirem uma porcentagem mínima de candidaturas femininas. Mas, se muitas vezes a inscrição de mulheres é apenas de fachada, há também agremiações partidárias que estão atentas às novas mulheres, inovadoras e potentes. Afinal, já não é possível ignorá-las.

Foi assim com Victoria Donda, depois de se descobrir filha de militantes assassinados, passou pelo processo de compreender sua identidade a partir de sua história recém descoberta. “Até que, em 2007, me ofereceram fazer parte da lista de deputados nacionais pela província de Buenos Aires. Entrei na Câmara naquele momento como a mais jovem mulher já eleita.”

Apesar de terem em comum o interesse em combater as desigualdades sociais, as mulheres inovadoras militam por uma agenda política diversa: falam de infância, educação, violência doméstica, assistência social para grupos vulneráveis (temas muitas vezes considerados femininos) e também brigam por espaço em debates sobre economia, planejamento e infraestrutura, antes protagonizados por lideranças masculinas.

PORQUE LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER.



Victoria Sandino,
senadora colombiana

Da política de volta para as ruas.

Esse movimento que sai das ruas e ocupa os espaços de poder também ajuda a empoderar mais mulheres na base. Para Gabriela Cerruti, jornalista, escritora e deputada federal argentina, “o poder feminista é circular”. “Nós, mulheres, organizamo-nos em círculos que vão se encontrando entre si.”

Afinal, essa nova forma de fazer política nasce do debate coletivo e dele se alimenta. No caso delas, mulheres políticas com práticas inovadoras, essa relação não é construída na mesa de reunião: acontece de maneira espontânea e transforma a participação política em uma experiência mais leve e criativa.

Ter espaços de troca e reflexão, construir redes de contato com partidos, organizações e coletivos e compartilhar estratégias é fundamental para essa renovação política. É desta troca que surgem ideias inovadoras: candidaturas independentes, candidaturas coletivas, experimentações da forma de governar.

Ao chamar as/os eleitoras/es para fazer parte do processo de tomada de decisão, entende-se as diversas realidades. Só assim as soluções para problemas urgentes podem ser transversais, levando em conta os contextos econômicos, políticos, raciais, sociais e culturais. É com empatia que o debate e a reflexão saem do campo polarizado e chegam a um querer comum de uma sociedade justa e igualitária.

“NÓS, MULHERES, ORGANIZAMO-NOS EM CIRCULOS QUE VAO SE ENCONTRANDO ENTRE SI”

Gabriela Cerruti, jornalista,
escritora e deputada federal,
argentina



Por esse novo formato de política, mais colaborativo e circular, muitas mulheres na política agem de maneira suprapartidária. Impulsionadas por uma causa comum, atravessam as fronteiras dos partidos para criar alianças não consideradas pela política convencional.

Essa transversalidade as ajuda a acelerar o encontro de soluções. Assim, além de serem mais fortes por estarem juntas, vão contra o personalismo tão arraigado na política latino-americana. O que importa é fazer, e não quem faz.

A jornalista chilena Beatriz Sanchez, que chegou a ser candidata à presidência de seu país, aponta para o caráter inovador e coletivo desse fazer político das mulheres. “O que elas fazem é escrever um hino, colocá-lo nas redes, e que todos se apropriem, sem necessidade de dizer ‘isso é meu’. É uma questão que tem a ver com essa capacidade de fazer um coletivo comunitário, que voe, que seja livre.”

A capacidade de enxergar desde outro ponto de vista diz respeito à maneira com que vivenciamos as desigualdades e as violências sociais. A deputada federal mexicana Martha Tagle, uma das principais lideranças da campanha de 2012 pela paridade de gênero no parlamento, aponta que as mulheres, ao fim, são as principais vítimas da desigualdade e da violência.



“As que buscam seus filhos desaparecidos são mulheres. Então somos as que mais ressentimos e entendemos que a solução para a insegurança do país não é colocar mais policiais ou militares nas ruas. Tem a ver com muitas outras coisas, que sabemos pela nossa vivência como mulher.” Martha Tagle

Utopia do presente: o fazer urgente e emergente.

A política pode ser vista como um instrumento para alcançar uma utopia - uma sociedade imaginada como perfeita, onde as/os cidadã/os são iguais e vivem em harmonia. O que descobrimos nesse estudo foi que as mulheres inovadoras na política trabalham com o agora. Fazer primeiro e elaborar depois. Elaborar e reelaborar no caminho. Mas, acima de tudo, fazer. Buscar uma solução. Porque os problemas são urgentes.

Essas mulheres não sonham com a política. Elas desejam uma nova política. “Deixemos de falar de sonhos”, nos disse a deputada nacional argentina Gabriela Cerruti. “Desejo não é o mesmo que sonho. O desejo é colocar no presente a possibilidade de realizar algo.” Ela aponta que, na política feita por homens, sempre estamos caminhando até um lugar que fica mais além. “Nada é mais feio do que a ideia de utopia como um lugar onde nunca chegaremos”. Como o poema de Eduardo Galeano: “A utopia está no horizonte. Caminho dois passos, ela se afasta dois passos”.

Na Argentina, uma solução com impacto imediato foi a Lei Micaela, aprovada em janeiro de 2019, que obriga os servidores públicos dos três poderes a terem formação em gênero e em violência de gênero. Assim, tornam-se mais capazes de identificar as desigualdades de gênero e de criar estratégias para sua erradicação.

A lei homenageia a jovem Micaela García, violentada e assassinada, aos 21 anos, por um homem que tinha sido colocado em liberdade por um juiz mesmo tendo antecedentes de crimes sexuais. Até mesmo o novo presidente da Argentina, Alberto Fernández, passou pelo curso imposto pela Lei Micaela. Na sua posse, em janeiro de 2020, ele também prometeu apoiar, no Congresso, a lei de descriminalização do aborto. Por isso, ele já vem sendo chamado de presidenta Alberta.

Silvia Lospennato, cientista política e deputada nacional, nos contou sobre a importância da lei na sociedade argentina: “Há uma quantidade imensa de falhas na justiça por falta de perspectiva de gênero. Não se tinha noção que a desigualdade entre homens e mulheres é estrutural e presente em diferentes âmbitos, desde a violência econômica, física e sexual”.

Já em Caruaru, no Pernambuco, a prefeita Raquel Lyra, do PSDB, pensou em políticas públicas integradas para melhorar os índices econômicos e sociais da cidade de forma global. Um bom exemplo foi a revitalização do Monte do Bom Jesus, ponto turístico da cidade que andava abandonado. As obras geraram empregos para moradores/as da região. Além de um novo projeto de iluminação e uma área de lazer para crianças, também foram construídas oito barracas para as tradicionais tapioqueiras, que passaram por um curso de gastronomia. Uma creche já foi construída e outras dezenas estão para sair do papel. E, para completar, o cardápio das escolas e creches públicas foi reforçado com frutas, verduras e legumes produzidos pelos agricultores familiares da região. O que a prefeita entendeu foi que os problemas estão interligados. Logo, as soluções também devem estar.



As mulheres inovadoras na política não abandonaram a utopia, mas trabalham com uma versão urgente dela: a utopia do presente.

Para essa utopia acontecer aqui e agora, é preciso que mais mulheres entrem no jogo: que questionem a lógica patriarcal de hierarquia e estejam empenhadas em um novo fazer político. E essa busca por mais mulheres na política é o tema do nosso próximo capítulo.



“(…) NÃO É SUFICIENTE QUE HAJA MUITAS MULHERES, MAIS MULHERES OU O MESMO NUMERO DE MULHERES, SE A MAIORIA DELAS AINDA OBEDECER AOS PATRIARCAS E REPETIR A LINHA SEM QUESTIONAR O PORQUÊ. PRECISAMOS DE UMA REFORMA INTELLECTUAL E MORAL.”

Jimena Costa, cientista política e ex-deputada federal, Bolívia.





CAPÍTULO DOIS

CAPÍTULO DOIS



A paridade *como caminho.*

Mais mulheres no
poder, com poder.

“Mais mulheres no poder significa trazer mais perspectivas, ter uma ampliação das agendas que têm a ver com a democracia.”

Áurea Carolina,
deputada federal, Brasil

“Aí é que entra a gente estar à disposição do sistema, para disputar a instituição, porque a gente sempre esteve nas ruas.”

Jô Cavalcanti,
deputada estadual, Brasil

As mulheres estão ocupando o Poder.

Como contamos no capítulo anterior, as mulheres estão, cada vez mais, ocupando o poder. Mas isso não está acontecendo por passe de mágica ou por boa vontade da classe política estabelecida. A prova disso é que, ainda hoje, só 24% das vagas nos parlamentos do mundo todo são ocupadas por mulheres. E, entre os 193 Estados-membros das Nações Unidas, apenas 10 são chefiados por mulheres.

Se nós, mulheres, somos metade da população, por que não temos mais representantes na política? Se a maioria da população brasileira é negra, por que só 2% das mulheres parlamentares são negras? E por que somente em 2018 foi eleita a primeira mulher indígena no Congresso Nacional?

“A mulher na América Latina está na sustentação da vida, está em todas as comunidades, está nas favelas, nas quebradas, nos quilombos, nas aldeias, nas cidades. Esse conhecimento múltiplo precisa chegar no sistema político”, diz Áurea Carolina, vereadora mais votada da história de Belo Horizonte e atual deputada federal. Para ela, quando as mulheres latino-americanas ocupam a política, estão rompendo “uma lógica colonial que está na raiz da nossa formação e que continua se reproduzindo perpetuamente”. “Se não houver uma interrupção desse modelo – e será pelas mulheres uma cura da política, porque vem de uma cura do cotidiano – não haverá solução coletiva”, completa.

Esse movimento das mulheres, que busca espaços no sistema político, não quer nada além do justo: alcançar a paridade de gênero. Paridade é a representação física real da população na política do ponto de vista descritivo, ou seja, da presença dos seus corpos. Em outras palavras, metade homens e metade mulheres na tomada de decisão, nos cargos públicos, nos conselhos. Em todas as instituições.

“Cada época tem o seu papel, tem a sua responsabilidade”, como disse a Jó Pereira, deputada estadual em Alagoas. “As mulheres do passado lutaram pelo direito ao voto, pelo direito de ser votada. Eu acho que o papel dessa geração é ocupar os espaços.”

Na Argentina, Costa Rica, Venezuela e no Equador, a paridade de gênero é uma realidade nos legislativos locais. Já México e Bolívia estão na vanguarda, com paridade nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), prevista em todos os níveis de governo (comunitário, municipal, estadual e federal).

Nas nossas viagens pela América Latina, perguntamos para as mulheres que estão inovando na política qual era o maior desejo delas. A resposta? Mais e mais mulheres na política, mulheres comprometidas com a luta por direitos, com a perspectiva de gênero.

Gênero, aliás, costuma ser usado em referência ao sexo biológico de cada um/a, o que é um erro. Mas é preciso enfatizar que gênero é mais do que isso: diz respeito aos aspectos sociais atribuídos a cada sexo, o que está conectado a imposições de papéis sociais e expectativas em relação aos comportamentos de homens e mulheres.

Por isso, há a ressalva de que essas mulheres na política fazem a diferença quando têm consciência das desigualdades de gênero. Significa que enxergam as violações de direitos e as amarras impostas pela sociedade e querem se libertar delas.

E, como somos muitas, diversas e estamos espalhadas em diferentes territórios, é preciso falar que consciência de gênero também é olhar para essa diversidade no poder. Mulheres brancas, negras, indígenas, quilombolas, jovens, deficientes, lésbicas e trans, populares, ribeirinhas, do campo e das cidades fazem parte do universo feminino que precisa de representação política para tomar decisões que alcancem e transformem a sociedade como um todo. Consciência de gênero com paridade política é reconhecer que nossas sociedades são diversas e que, quanto mais diversidade houver no poder, mais políticas públicas serão feitas refletindo a realidade dos povos. Com isso, todas/os ganham, porque fortalecemos a democracia.

O simbólico e o subjetivo também são muito importantes para romper estruturas que ainda são patriarcais e racistas. Esses dois fatores vão gerando transformações que parecem ser sutis, mas que impactam em mudanças concretas e reais: diferentes corpos ocupando o espaço da política institucional; diferentes cores vão tingindo o fazer político, normalizando presenças femininas, presenças negras, presenças LGBTQ+, até que sejamos uma política diversa e representativa da sociedade.

Andreia de Jesus, deputada estadual em Belo Horizonte (Brasil), fala o quanto essa diversidade e conexão com o cotidiano é importante para a construção de cidades e sociedades mais democráticas, pois “a experiência do cotidiano dos negros e negras, favelados, com o churrasquinho na laje, o baile funk com o som do carro, também é instrumento de narrativa política”.

Fazendo a ponte Brasil e Argentina, Eva Mieri, vereadora de Quilmes, reconhece que a promoção da diversidade nas instâncias de poder é tarefa necessária daquelas e daqueles que conseguiram ocupar esse espaço: “É nossa tarefa que essas mulheres dos bairros se tornem representativas, que as prostitutas, que as lésbicas, que as trans se tornem representativas, que as cooperativistas, catadoras, também se tornem representativas porque essas vozes não são escutadas.”

Na Argentina, Silvia Lospennato, deputada federal argentina pelo PRO, partido do ex-presidente Mauricio Macri, disse que só nas últimas duas décadas as parlamentares argentinas começaram a entender que, apesar da posição política de cada uma, elas precisavam trabalhar em pautas comuns. “Independente de uma ser mais liberal, a outra mais de esquerda, se uma fosse de tal profissão e outra trabalhadora de fábrica, todas sofríamos discriminação.”

Por isso, uma vez no poder, essas mulheres fazem alianças suprapartidárias e contam com a ajuda de organizações da sociedade civil para avançar com seus projetos: umas atuam dentro das instituições, enquanto as outras fazem pressão popular.

A antropóloga chilena Cristina Girardi, hoje exercendo o cargo de deputada federal, contou que foi pela união de deputadas de todos os partidos que elas conseguiram trocar o nome da Câmara de Deputados chilena para Câmara de Deputados e Deputadas. Pode parecer um detalhe, mas essa mudança ajudou a modificar a cultura do parlamento.



MUJERES PARLAMENTARIAS

“Cada vez que una dizia ‘sou deputada, não deputado’ todos riam dela. Era uma questão bem grotesca. Nesse sentido, foi uma mudança e tanto.” Cristina Giraldi

Promover este tipo mudança concreta que desencadeia uma mudança cultural é a meta das mulheres inovadoras. Mas, para cruzar a linha de chegada, é necessário, antes, ocupar os cargos de decisão. Essa ocupação demanda tempo e esforço; demanda novas leis e fiscalização para garantir seu cumprimento.

Das leis de cotas à paridade de gênero.

+ [Linha do tempo](#)

A América Latina está acima da média mundial no índice de representação das mulheres na política institucional: 31,6% das vagas nas Câmaras de Deputados da região são ocupadas por mulheres, enquanto a média mundial é 24,5%. Um dos países que puxam esse índice para baixo é o Brasil, onde temos apenas 15% de mulheres na Câmara dos Deputados. É um recorde para o país, mas ainda é pouco. Principalmente quando constata-se que apenas 13 dos 513 assentos na Câmara dos Deputados brasileiro são ocupados por mulheres negras. E que só em 2018 o país elegeu a primeira mulher indígena para o parlamento, Joênia Wapichana. Nesse mesmo ano, Costa Rica elegeu a primeira mulher negra como vice-presidenta, Epsy Campbell Barr.

Apesar de os índices não serem satisfatórios, a América Latina conseguiu superar a média global graças a políticas afirmativas, como as leis de cotas. Nos anos 1990, depois da IV Conferência Mundial sobre Mulheres, em Beijing, vários países latino-americanos aprovaram leis de cotas de gênero, garantindo uma porcentagem mínima de candidaturas a mulheres.

A lei de cotas é uma norma de reparação que garante que os partidos políticos apresentem, durante a eleição, um número equilibrado de candidatos homens e candidatas mulheres. É uma política pública que incentiva mulheres a concorrer a eleições populares na mesma condição que os homens e que acelera a inclusão de mulheres na política para corrigir um desequilíbrio histórico.

A passos lentos, alguns países considerados neste estudo conseguiram alcançar a paridade de gênero. Na Argentina, por exemplo, as primeiras eleições paritárias foram realizadas em 2019, quando partidos tiveram que apresentar número igual de homens e mulheres candidatas.

Diana Maffía, filósofa argentina, nos contou que, durante o debate sobre a paridade de gênero, ouviu argumentos contrários absurdos. “Me diziam: bom, então também poderíamos criar cotas para homossexuais, para indígenas, para deficientes”, ao que Maffía respondia: “olha, pode ser uma surpresa para vocês, mas a metade dos homossexuais, a metade dos indígenas e a metade dos deficientes são mulheres”.

As leis de cotas, no entanto, não garantem que as mulheres sejam eleitas. No caso de países em que o percentual mínimo foi estipulado em 30%, é comum que apenas metade delas seja eleita, como nos explicou Kátia Uriona, ex-presidente do Tribunal Eleitoral na Bolívia. No país andino, foi apenas com a pressão da sociedade civil e com a conscientização sobre a importância da pluralidade na política que o Congresso se tornou igualitário: hoje, são 53% de mulheres na Câmara dos Deputados e 47% no Senado.

Portanto, além das ações afirmativas, é preciso avançar em mais dispositivos institucionais que garantam, por exemplo, o financiamento das campanhas femininas.



Encontro Ocupa Política,
2019, Recife

Somente com perspectiva de gênero e de raça é que a democracia se faz espelho do cotidiano da população.

Bolívia e México: a paridade já é realidade.

A Bolívia conseguiu fazer história no mundo alcançando a paridade de gênero graças a uma reforma constitucional, em 2006. A deputada constituinte Rosario Ricaldi nos contou que, para alcançar a paridade, as mulheres realizaram alianças multipartidárias e multisetoriais. “Foi um momento histórico do movimento de mulheres na Bolívia.”

Ocupando um terço da Assembléia Constituinte, as congressistas atuaram lado a lado com a coalizão “*Mujeres presentes en la historia*”, que reuniu cerca de 25 mil mulheres - sem deixar de fora as negras, indígenas e camponesas - na construção de propostas à nova Constituição. O movimento também contou com uma aliada essencial: a presidente da Assembleia Constituinte, Silvia Lazarte, uma mulher quechua.

“Foi vital acionar mulheres que, apesar de suas diferenças políticas, tiveram a habilidade de articular uma série de mobilizações capazes de constitucionalizar a paridade de gênero na Bolívia”, disse a senadora boliviana Mirtha Arce.

Já o México, que aprovou a lei de cotas de gênero para as eleições legislativas apenas um ano antes do Brasil, percorreu um caminho muito mais próspero que o nosso. Lá, a cota de gênero de 30% foi imposta em 1996. Mas, como o voto para o legislativo é em lista fechada, logo percebeu-se que as mulheres eram incluídas, mas numa ordem em que tinham poucas chances de serem eleitas. Em 2002, a lei foi aprimorada para garantir que as candidatas fossem bem posicionadas pelos seus partidos.

Em 2014, o país instituiu a paridade de gênero nas candidaturas legislativas em todos os níveis: municipal, estadual e federal. Hoje, o Congresso mexicano é ocupado de forma igualitária. Na Câmara de Deputados, as cadeiras são ocupadas metade por homens, metade por mulheres. E, no Senado, elas conseguiram ser maioria, totalizando 52% das senadoras.

Quando chegamos ao México, no dia 23 de maio de 2019, presenciamos ainda a votação de uma lei histórica: a paridade de gênero vertical³ (Legislativo, Executivo e Judiciário) e também horizontal (em níveis comunitários, municipais, estaduais e federal). Isso significa que todos os cargos públicos devem ter metade das vagas das candidaturas destinadas às mulheres. “Minha estratégia para aprovar a Lei de paridade foi a inclusão”, contou a senadora mexicana Kenia Lopez.



“Ou seja, incluir todas as mulheres. Não ser eu a cara do projeto. Pensei: vou buscar a assinatura de todos os partidos, não importa se são de direita, de centro, de esquerda. Isso é inclusão”. Kenia López

Assim como na Bolívia, as parlamentares mexicanas estavam apoiadas por mulheres nas ruas. No caso mexicano, a sociedade civil se fez presente através da coalizão *Mujeres en Plural*, que desde 1996, pressiona por mais espaço na política e ajuda a fiscalizar a implementação das leis de cotas.

No Brasil, a lei eleitoral de 1997, vigente até hoje, com aprovação da cota de 30% das candidaturas para mulheres, foi positiva, mas logo descobriu-se que muitos partidos não preenchiam as vagas reservadas e também não eram punidos. Só em 2012 que a Justiça Eleitoral começou a fiscalização com punição. Mas, ainda assim, partidos são responsáveis por fraudar candidaturas, colocando mulheres apenas para ocupar as vagas, sem que elas tivessem real interesse em disputar um mandato eletivo - chamadas candidaturas laranjas. Também por isso, a bancada feminina cresceu a passos de tartaruga nas décadas seguintes.

Hoje, com o acesso a dados e a política de transparência adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, é possível evidenciar a prática perversa que ainda faz parte das legendas, pleito a pleito. Nas eleições gerais de 2018 no Brasil, com o acúmulo dos dados das eleições anteriores, ficou evidente que pelo menos 25 dos 35 partidos estavam apostando em candidatas que, sem dúvida, não tinham qualquer chance de serem eleitas. Elas haviam obtido, na eleições municipais de 2016, o ou 1 voto.

3. Termo que uma das nossas entrevistadas utilizou para explicar o mecanismo de paridade aprovado no México.

Ainda assim, ao longo da história, as congressistas brasileiras conseguiram se unir para pressionar pela proibição da exigência de atestado de gravidez e esterilização para admissão laboral (1995), a tipificação da “violência doméstica” no Código Penal (2004) e pela criação da Lei Maria da Penha (2006). Em 2015, sob a presidência de Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidente no Brasil, conseguiram a inclusão do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio no Código Civil.



Isso porque é estratégia de articulação das mulheres entrevistadas se unir em torno de pautas comuns, independente da filiação partidária de cada uma.

“Somos diferentes umas das outras, não concordamos em muitas pautas sociais, econômicas, entre outras. Mas, quando o assunto é mais direitos para as mulheres, nós da bancada feminina trabalhamos juntas e até parece que somos do mesmo partido” diz Tábata Amaral, formada em ciência política e astrofísica pela Universidade de Harvard, exercendo hoje o seu primeiro mandato como deputada federal.

Lucila Di Ponti, a deputada federal mais jovem já eleita para a Câmara de Deputados da Argentina, desmistifica a ideia ou imagem que as pessoas têm quando pensam em mais mulheres na política: “Não é uma coisa de sonhos, de ursinhos carinhosos. Mas acredito que as instituições seriam, sim, muito mais amigáveis, que haveria uma proximidade muito maior entre as instituições e a sociedade [se tivéssemos mais mulheres na política]”.

No Senado brasileiro, por exemplo, não existia banheiro feminino dentro do plenário até 2016. Até então, as senadoras precisavam se deslocar para o café, localizado atrás do plenário, enquanto seus pares não precisavam deixar o local de votação. A limitação arquitetônica parecia dizer: aqui não é lugar para mulher.



“Se você olhar para as casas legislativas, para as prefeituras, para o próprio Senado, para o Congresso Nacional, você vai ver que a grande maioria é de homens. Ser mulher nesses espaços é um ato de resistência”.

Katia Cunha, codeputada estadual de Pernambuco, Brasil.

O que muda quando mais mulheres estão no poder?

Uma vez no poder, as mulheres mudam a forma de fazer política. Não que seja uma categoria única, a da “mulher na política”. Existem aquelas que atuam no campo oposto, reforçando a política que exclui.

Para explicar o que isso significa, a deputada argentina Victoria Donda usou como metáfora uma bicicleta: “Eu acredito que o poder é um assento de bicicleta feito para o corpo masculino. E como mulher você tem três opções: ou você senta e se acostuma com o incômodo, o que te faz exercer o poder de forma masculina, tratando tudo à força, impondo autoridade desde uma perspectiva violenta; ou aceita que esse assento não é pra você, desce da bicicleta e não exerce o Poder. Ou, então, você muda o assento. E para mim devemos trocar o assento e trocar a forma de exercer o poder”.

As mulheres da nossa pesquisa querem mudar o poder porque elas não ocupam esses espaços pensando na sua própria perpetuação no poder. Elas chegam motivadas a encontrar soluções para os problemas sociais que as despertaram para a política.

A motivação não é individual. É coletiva. E essa perspectiva é transformadora. Através da pedagogia política, elas, mulheres políticas eleitas e entrevistadas nessa pesquisa, emancipam as/os cidadãs/ãos” e deixam seu legado, independentemente de sua reeleição. Através da empatia, também reduzem a polarização. Mayra Mendoza, prefeita da cidade de Quilmes, Argentina, fala em “construir a política desde um lugar da elaboração coletiva, mais horizontal, e não a partir da centralidade”.

O fazer político das mulheres é uma costura entre o trabalho dentro das instituições e o trabalho fora delas. E, muitas vezes, para tecer essa nova forma de fazer política é preciso, inclusive, criar novos vocabulários. Como as Juntas, como se autodenominam cinco mulheres que dividem um mandato na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), que elas chamam de “mandata”. Foram eleitas para uma só vaga através de uma campanha coletiva e, ao chegar lá, se tornaram cinco codeputadas eleitas. No início, só uma delas podia ter acesso a todos os locais restritos aos deputados. Hoje, conseguiram romper essa regra e têm acesso irrestrito no parlamento.

Com o tempo, essa inovação foi reconhecida por colegas do outro lado do espectro político. Priscila Krause, por exemplo, é filiada ao DEM, partido de direita, vem de uma família de políticos e está no quinto mandato. Hoje, Krause e a Juntas trabalham em parceria com projetos de interesse comum. “No começo tive dificuldade de chamá-las de codeputadas porque não é uma coisa natural, né? Mas toda inovação está aí para desafiar o que já existe”, comentou Krause.



Outra experiência é a Gabinetona, que reúne quatro mandatos parlamentares em torno de estratégias compartilhadas. São elas a deputada federal Áurea Carolina, a deputada estadual mineira Andréia de Jesus e as vereadoras Cida Falabella e Bella Gonçalves, de Belo Horizonte. A Gabinetona atua com o apoio de 90 ativistas e de movimentos que identificam pautas populares urgentes, uma tecnologia social autoral chamada Mapa de Lutas:



“Como representantes, precisamos estar conectadas constantemente com quem entende e atua nas pautas para orientar nossa atuação, nossa resistência e na criação de leis.” Áurea Carolina.

No México, a senadora Marta Tagle também buscou um grupo de ativistas e intelectuais que a assessorasse sobre temas de direitos humanos, direito das mulheres, política de drogas e proteção ao meio ambiente. A ideia ganhou o nome de bancada cidadã.

Em São Paulo, a deputada estadual Érica Malunguinho, primeira mulher transexual negra da Assembleia Legislativa de São Paulo, chama seu gabinete de Mandata Quilombo - um gabinete composto por um assessorado majoritariamente composto por mulheres cis e trans, que tem como prioridade o atendimento à população negra. Malunguinho também criou terreiros políticos: “uma escola de política, de sociologia, de teoria política e uma forma de fazer o gabinete estar em diversos lugares”. As demandas que a equipe escuta nessas atividades são, depois, encaminhadas para os órgãos competentes. “É um processo formativo mesmo, para entender competências da esfera estadual, o que é da ordem federal, o que é municipal etc. Explicamos como o poder institucional se movimenta”, informou Malunguinho.

Manter esse diálogo direto com a sociedade civil também foi prioridade para Márcia Lucena, à frente da prefeitura de Conde, na Paraíba. Lá,

a lei de gestão compartilhada - primeira do tipo no Brasil - permite que a população acompanhe obras e serviços públicos através de grupos de Whatsapp, com a obrigatoriedade de que técnicos responsáveis e agentes do governo respondam às dúvidas dos cidadãos. “E é lindo, é maravilhoso. A minha equipe mesmo, ela dizia assim: ‘Prefeita, pelo amor de Deus, nós vamos enlouquecer’. A equipe é pequena, o trabalho é monstruoso. ‘Se fizer essa lei aqui, nós vamos morrer de trabalhar, não vamos dar conta’. E eu disse: ao contrário, gente, esse trabalho já existe, essa pentelhação, que vocês estão com medo, já existe, o que nós vamos fazer é educar a população para que essa pentelhação seja um instrumento de transformação na sociedade. Vamos organizar essa bagunça.”

Em Araraquara, a vereadora Thainara Faria, empenhada pelas agendas da juventude negra e periférica e pelos direitos LGBTQ+, também se empenha por uma prestação de contas mais transparente à população. Usando as redes sociais, como o Instagram, ela relata seu trabalho em tempo real. “Depois de uma reunião, falo para o meu público ver no Instagram Stories o que a gente conversou, por que a gente conversou. Explico por que isso é importante.”

No México, Irma Juan, deputada federal pelo estado de Oaxaca e presidente da Comissão de Povos Indígenas, quis desfazer a ideia de que deputado só aparece na época da eleição para pedir voto. Toda semana, ela visita vilarejos do seu estado para ouvir as demandas dos eleitores e explicar como funciona a política no Congresso.



Assim, ela empodera seus eleitores a participarem do debate político com ela. Com todas as informações em mãos, eles são livres em suas escolhas, desfazendo os velhos currais eleitorais da política patriarcal.

Mais mulheres, sim. Com consciência de gênero, por favor.

Em maio de 2018, a bancada feminina na Câmara de Deputados do Brasil alcançou uma grande vitória quando o Supremo Tribunal Federal garantiu que um mínimo de 30% do fundo partidário de cada partido financiasse as candidaturas femininas. No desdobramento dessa decisão, também foi aprovado o repasse de 30% do Fundo Eleitoral para o mesmo fim. A eleição de mulheres disparou. Em 2018, o aumento foi de 40%.

A bancada feminina celebrou o aumento de deputadas eleitas, mas logo se deparou com um grupo de novas eleitas que não têm apoiado as pautas em comum da bancada. Pior: apoiam o retrocesso nas conquistas das mulheres na política, como a extinção das cotas de gênero que, possivelmente, foi o que garantiu a elas o apoio de seus partidos.

Essas divergências são reflexo da sociedade. Afinal, “as mulheres” não são uma classe homogênea. “Nem todas as mulheres representam as mulheres”, diz Maria Fernanda Rojas, vereadora de Bogotá, especialista em mobilidade urbana e transparência institucional. Há também aquelas que reproduzem “a lógica tradicional de política muito machista, muito patriarcal, que não as permite ver que primeiro somos mulheres e depois somos políticas”, como disse Fernanda Ortiz, líder secundarista eleita deputada estadual no Chile, em 2018.

**NÃO SOMOS TODAS IGUAIS.
SOMOS INDÍGENAS, NEGRAS,
BRANCAS, CIS, TRANS E LGBT+.
VIEMOS DE DIFERENTES
EXTRATOS SOCIAIS. DIVERGIMOS
SOBRE QUESTÕES RELIGIOSAS,
ECONÔMICAS E SOCIAIS.
O MAIS IMPORTANTE É TER A
CONSCIÊNCIA DO SEU PAPEL
POLÍTICO ENQUANTO MULHER.**

No México, a senadora Kenia Lopez contou que, quando foi suplente pela primeira vez, perguntou ao deputado por que ele a havia convidado. “Ele me disse: porque o partido está me obrigando a colocar uma mulher.” Ficou claro para ela, ali, que se não fosse por imposição das cotas não teria chance por seus próprios méritos.

A boa notícia é que mulheres com consciência de gênero estão sendo eleitas na América Latina. Em muitos casos, elas têm conseguido conscientizar suas colegas de que todas estão no mesmo barco e, por isso, precisam remar na mesma direção.

Chegar é só o começo.

Depois de conhecer todas essas mulheres que conseguiram ser eleitas e estão mudando a forma de representar a sociedade, percebemos que chegar lá é só o primeiro desafio. Desafiar o sistema e trazer inovação significa enfrentar resistências nada triviais ou fáceis. Muita gente ainda não vota em mulher pelo simples fato de a candidata ser mulher. E as que foram eleitas sofrem, independente do seu espectro político, o que chamamos de violência política de gênero. No caso das mulheres negras e indígenas, há ainda o agravante da violência racial.

O próximo capítulo é sobre conseguir se manter em um ambiente de quase guerra. Mas, também, lutar pela existência e resistência de forma coletiva e democrática.



“Chegamos neste lugar de poder porque superamos dificuldades junto com outras e outros, com organizações, com partidos, com estruturas, com promoção de discussões; não sozinhas, mas atravessamos. [As dificuldades] sempre existiram e, para mim, a mulher que diga que isso não a atravessou, e chegou a ser prefeita, deputada ou senadora, na realidade não as está visualizando ou é muito custoso visualizá-las, mas estas dificuldades estão em todas as organizações políticas.”

Mónica Fein, prefeita, Argentina

A paridade como caminho

|| O MAIOR DESAFIO
DE SER MULHER
É ROMPER ESSE
PARADIGMA EM QUE
TE DIZEM QUE AS
MULHERES NÃO ESTÃO
PREPARADAS PARA
LÍDERAR PROCESSOS
POLÍTICOS ||

Blenny Valecillas,
vereadora, Colômbia.



#GEN

CAPÍTULO TRÊS
CAPÍTULO TRÊS
CAPÍTULO TRÊS

... NÓS
... PRE...
... S...



O desafio da violência política de gênero.

A violência política,
o inimigo.

“Na véspera da campanha,
eu estava em um carro e
eu troquei de carro, e esse
carro que eu estava antes
foi alvejado com 5 tiros.”

Prefeita brasileira

“Se existe uma atividade
especialmente machista, é a
política. A política tem sido
o reino dos homens.”

Prefeita colombiana



Para que mais mulheres sejam representadas na política, é preciso combater a violência política de gênero. Neste capítulo, abordaremos esse tema a partir de histórias reais de mulheres na política institucional. Escolhemos não revelar o nome das entrevistadas porque ainda não há instrumentos legais e efetivos que possam acolher essas denúncias e, principalmente, as vítimas.

Na nossa jornada pela América Latina, conhecemos dezenas de mulheres inovadoras ocupando espaços de poder. Foi uma experiência revigorante. Mas, infelizmente, nos deparamos com um dado espantoso: 99% das nossas entrevistadas relataram ter sofrido algum tipo de violência.

Impedir uma mulher de exercer o seu direito político de votar e ser votada por meio de agressões psicológicas, sexuais ou físicas tem nome: violência política de gênero. E vale desfazer uma confusão comum: violência de gênero não se trata apenas de um ataque a alguém de um gênero específico, mas sim de um ataque motivado pelas expectativas sobre o papel que a vítima deveria empenhar na sociedade. Em geral, no caso da violência contra a mulher, seus algozes acreditam que ela não deveria ocupar outro lugar que não o da submissão.

Uma das vereadoras chilenas que entrevistamos nos contou que, desde os 16 anos, trabalha com a formação política de mulheres e que existem preconceitos históricos sobre o papel da mulher na sociedade. **“Já recebi um montão de insultos de homens, que ‘ando hueveando’, como dizemos no Chile, que é como perder tempo, fazer coisas estúpidas. E diziam: ‘vai pra casa cozinhar’. Ou perguntavam ‘onde estão seus filhos?’. E foi bem difícil porque te atacam onde mais dói. Te fazem se sentir culpada”**.

Os relatos que colhemos mostram que as agressões contra as mulheres na política surgem de todas as formas: elas são ignoradas, escanteadas, colocadas em postos de menor importância, censuradas pelo seu comportamento, pelas suas decisões privadas, por sua aparência, por suas ideias. Em casos mais extremos, elas são agredidas, assediadas, violentadas e até mortas.

Reconhecer uma violência política de gênero pode parecer simples. Mas está tão entranhada em algumas sociedades que, às vezes, acabamos naturalizando-a. Nos últimos tempos, porém, com os levantes pela América Latina, mais mulheres estão tomando consciência do preconceito e da violência de gênero a que estão submetidas.

Um estudo feito pela União Interparlamentar, com deputadas de 39 países, identificou que 81,8% das entrevistadas já haviam sofrido violência psicológica no exercício do trabalho, enquanto 44,4% delas relataram ter sofrido ameaças. Cerca de 25% das mulheres ouvidas disseram também ter sofrido violência política dentro do parlamento. Para 38,7% das entrevistadas, as agressões atrapalham seus mandatos.

Mas o número de mulheres que tiveram seus direitos políticos atacados pode ser ainda maior. Como nos disse uma senadora mexicana, **“acho que todas nós, mulheres que estamos na política, já sofremos violência de gênero. As que dizem que não, é porque não a reconhecem”**.

Ao longo deste estudo, contudo, tivemos dificuldade para encontrar dados consolidados sobre violência política em países latino-americanos, já que essa categoria de estudo ainda não é oficialmente reconhecida por muitos órgãos eleitorais, o que também dificulta a construção de políticas públicas para enfrentar o problema.

Violência Política de Gênero: um desafio presente.

A cada campanha eleitoral, é possível identificar um ciclo de violência política por trás das etapas. Em vários países, apesar de a lei de cotas impor um percentual mínimo de candidaturas femininas, assim como um financiamento equivalente, muitos partidos tentam burlar as regras.

O problema pode, inclusive, começar dentro de casa, já que muitas candidatas são pressionadas a não entrar na política, sofrendo ameaças verbais, intimidação e coerção econômica.

Uma das deputadas estaduais que entrevistamos no Brasil, com uma trajetória marcada pela luta a favor da igualdade racial, passou por isso desde o momento em que decidiu ser candidata. **“Ouvia isso da minha própria família. A cada derrota que eu chegava arrasada em casa, minha mãe e meus familiares diziam: Deixa isso para lá, não está vendo que é muito difícil? Tem que sair desse negócio de política porque é muito doloroso.”** Para ela, as mulheres negras sofrem ainda mais. **“A imagem da mulher negra nunca é associada ao poder.”**

Na pré-campanha, muitos partidos - a maioria chefiado por homens - não dão espaço para a candidatura de mulheres. Uma senadora colombiana sentiu isso na pele. **“O mais difícil foi quando fui pedir o aval do partido. Senti a rejeição, o escárnio de todos, o menosprezo por eu ser mulher”.**

Em alguns casos, os partidos até topam lançá-las candidatas, mas não dão o suporte necessário para que elas façam campanha e levem suas propostas aos eleitores. Nem todos sabem que as mulheres têm três vezes menos acesso a crédito para financiar sua campanha do que os homens. Que nossos partidos políticos financiam **“menos uma candidatura de mulher do que uma candidatura de homem”**, nos contou uma deputada chilena. **“Então, temos a possibilidade de ser candidatos ou candidatas, mas nem todos competimos em igualdade de condições.”**

Essa desigualdade de condições ataca, principalmente, mulheres negras e indígenas, que não têm o mesmo apoio de partidos, da população e do financiamento de campanha. Segundo levantamento da organização Mulheres Negras Decidem, menos de 3% das despesas de todos os candidatos ao Legislativo estavam relacionadas a candidaturas de mulheres negras, em 2014. Uma das nossas entrevistadas, vereadora de uma cidade em São Paulo, estado mais rico do Brasil, soube muito bem o que é isso quando viu que sua campanha não teria o financiamento adequado e que, por isso, teria que tirar grande parte do financiamento de seu próprio bolso.

No Chile, uma deputada ouviu do próprio presidente do seu partido que, se as candidatas recebessem os recursos adicionais que estavam pedindo, **“usariam o dinheiro para fazer café ou comprar casaquinhos de tricot”**. **“Isso não tem a ver com coloração partidária, tem a ver com questões masculinas, de não quererem dar espaço para as mulheres. Nisso, estamos no mesmo barco: contra o partido político do machismo.”**

Há, ainda, os partidos que preferem burlar as leis a abrir espaço para candidaturas femininas. Nas últimas eleições no Brasil, um partido chamou a atenção por ter montado um esquema de lançar candidatas-laranja - que eram registradas como candidatas, mas não eram candidatas de fato - só para desviar o fundo eleitoral destinado às mulheres. Essa prática também é comum em outros países. No México, elas são chamadas *juanitas*. Há muitas manobras para lançar candidatas-laranja. A imaginação não está a favor apenas da reinvenção. Há mulheres que sequer são informadas da condição de candidata. Há violações de direitos para além do jogo partidário, no uso de dados pessoais.

O desafio de organizar jornadas múltiplas - como desenvolver sua carreira, sua vida política e ainda cuidar de si, dos filhos e de casa - afasta muitas mulheres da política. A forma como a política é organizada também as repele, já que as campanhas são intensas e demandam mais apoio familiar, liberando-as de várias obrigações. Reuniões noturnas e aos finais de semana também são difíceis de conciliar com a vida afetiva e conjugal, seja por falta de tempo ou compreensão dos parceiros. Entre as mulheres mais pobres, somam-se ainda relatos sobre a necessidade garantir o sustento de suas famílias e de cuidar de parentes já idosos ou doentes.

Em Santa Catarina, entrevistamos uma deputada estadual com uma trajetória consolidada na política institucional que relatou que seu ex-marido, apesar de trabalhar nos bastidores da política, tampouco aceitou sua rotina de chegar em casa sempre tarde. **“O homem não aguenta. Ele não aguenta por mil razões. Ele não aguenta a mulher chegar mais tarde do que ele. Ele não aguenta a mulher não estar em casa para fazer o jantar. Ele não aguenta ver que a mulher, em algum momento, se destaca mais do que ele. É muito difícil para a mulher suportar todas essas pressões. Então, ela acaba abdicando dos sonhos ideários dela, de contribuir para um país melhor, para um Estado melhor.”**

O ambiente masculino da política também não é receptivo à entrada de mulheres na tomada de decisões. Uma senadora argentina nos disse que, mesmo tendo sido vice-governadora de uma grande província argentina, não deixou de ser desrespeitada, em diversas ocasiões. **“Todos os dias tinham alguma piada machista, alguma contestação irônica. Ou se olhavam entre si. Te colocavam à prova em toda reunião, quando tinha 10 homens e 4 mulheres.”**

Comentários machistas que beiram o assédio verbal são recorrentes nos corredores e espaços de poder. No Chile, uma das deputadas entrevistadas contou ter se cansado de ouvir comentários como **“ah, vai ganhar porque é bonita”**, ou questionamentos sobre algum homem do partido estar por trás das decisões dela. **“No Congresso também: ‘linda, minha filha, menininha...’ O que significa isso? Desprezo, apagamento.”**

Quando tomou posse, uma deputada argentina foi retratada na imprensa como “a nova congressista sexy”. **“Nenhum deputado foi descrito como ‘o novo deputado gatinho que chega ao Congresso’. Sempre tem essa coisa de olharem pro seu físico, de olharem para como você se veste, olhar pra coisas que têm a ver com essa questão de que a mulher pública também tem que estar linda, tem que estar bem vestida.”** Uma senadora colombiana nos relatou algo similar: **“Uma mulher não pode ser jovem, não pode ser simpática porque já começam a te apontar. Eu não posso vestir nada sexy porque já dizem ‘como será que essa daí chegou aqui, pra quem será que deu pra chegar onde chegou?’”**

Histórias assim são recorrentes. Além de interferirem na construção da pessoa pública da mulher eleita, também afetam sua saúde mental, uma vez que a sobrecarga é desgastante.

Em situações extremas, ocorre até mesmo assédio sexual. Uma das vereadoras entrevistadas enfrentou esse tipo de assédio dentro da própria Câmara de Vereadores, onde outro parlamentar lhe disse: **“Espero que sua saia estoure”**. Em outra situação, foi assediada fisicamente pelo presidente do sindicato dos comerciantes.

“Ele falou: ‘nossa, você emagreceu’, e deu um tapa na minha bunda.” O assédio sexual também é uma herança cultural nefasta dos tempos da escravidão, em que o corpo da mulher negra era visto como uma posse. **“Foi para mim um dos ápices das violações.”**

O julgamento dos demais parlamentares também pode ser impiedoso. **“Se tem uma discussão mais calorosa, imediatamente querem nos desqualificar como histéricas, gritonas, loucas - o que não acontece com colegas homens que também se exaltam.”** comentou uma deputada federal argentina.

“Eu trabalhei com educação, em universidades, em Ongs, na ONU, fui jornalista, colunista, investigadora, denunciei políticos corruptos, narcotraficantes, mafiosos. E nunca senti a opressão do machismo e da homofobia até chegar ao Senado. O Senado foi de longe o lugar mais machista em que eu já trabalhei na vida”, relatou uma prefeita colombiana.

O veredito da imprensa sobre como as mulheres exercem a política também pode ser estereotipado. Quando não são ignoradas, são destacadas pela sua beleza ou por outros atributos que em nada influenciam sua capacidade profissional. Os comentários sobre figuras políticas do sexo feminino sempre têm uma cota de superficialidade. **“Ela se penteia ou não se penteia? Tem namorado ou não tem namorado? É casada ou não? Onde compra a roupa? Se cuida o suficiente ou não?”**, comenta uma deputada chilena.

Na Colômbia, uma senadora da República, que tem o passado marcado pela guerrilha revolucionária, nos contou que a imprensa retratava as mulheres da guerrilha como *chapolas* (mariposas) que morrem ao voarem em direção à luz. **“Nós estamos preparadas para a guerra, mas para a política não sabemos. Não sabemos como responder à imprensa, não sabemos como pode ser uma reação. Não sabemos.”**

Quando o assunto é maternidade, colhemos relatos de mulheres que foram constrangidas pelos seus colegas por estarem grávidas, por terem que se ausentar durante a licença maternidade e, ainda, por levarem seus filhos pequenos para o trabalho para amamentá-los. Como pode o corpo que gera a vida não ter espaço na condução do destino de seu país?

Uma das deputadas estaduais brasileiras entrevistadas enfrentou esse tipo de preconceito duas vezes. Na campanha, quando precisava levar seu filho de dois anos para alguns eventos, **“Levantaram e falaram: ‘ah, você traz o seu filho só para você conseguir voto, porque ele é fofinho’. Ou diziam que estava expondo a criança. E daí eu tive que ser bem real e falar: estou trazendo ele porque ele é meu filho, estou em campanha e preciso conseguir votos. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, e quem está instrumentalizando a maternidade e a criança é você.”**

Já eleita, se sentia como a única estudante nova em uma escola diferente. Todos pareciam se conhecer, menos ela. **“Daí me chega um deputado, com bigode, velho assim, me pega do lado assim, me agarra, dá um beijo e fala: não precisa se preocupar, a gente já fez uma votação, você é uma das deputadas mais bonitas da casa, vai ficar tudo bem com você.”** Naquele momento, ela entendeu que todos poderiam estar sendo simpáticos, mas elas precisaria batalhar dobrado para ser levada a sério.

Nas campanhas, o ataque dos adversários a candidatas mulheres destoa do tom da disputa política saudável. Em campanha de reeleição para a prefeitura de uma cidade do interior do Brasil, a pré-candidata, na época, descobriu que estava com câncer e passou a ser ameaçada de ter sua peruca arrancada no meio dos comícios. **“Vinte dias antes da eleição, eu me internei com pneumonia grave, mas eu não dizia a ninguém, até aí ninguém tinha a certeza de que eu tinha nada, só que aí eles descobriram, a oposição descobriu e o que eles fizeram!? Eles fizeram um enterro meu.”**

Por fim, a participação do eleitorado também pode ser muito mais cruel. Uma das deputadas argentinas entrevistadas, que participou ativamente da construção e articulação transpartidária da campanha *#AbortoLegalYa*, deu como exemplo o debate sobre a legalização da prática do aborto na Argentina, que chegou a ser aprovada pela Câmara dos Deputados, em 2018, e logo barrada pelo Senado. **“Muitos companheiros homens votaram a favor, mas não foram insultados nas redes sociais como foram as mulheres.”**

E essa violência não é apenas dos eleitores contra as políticas. A violência também tem como alvo eleitoras mulheres. Há casos em que são coagidas, ameaçadas ou até mesmo agredidas para votarem em candidatos que não são os que apoiam. Seus opressores desmerecem sua opinião e sua capacidade de escolher para justificar a pressão. Em alguns casos, são impedidas de votar - seja por pressão de alguém ou por pressão social. Nos casos mais graves de violência política, as mulheres - eleitoras, candidatas e eleitas - chegam a ser agredidas fisicamente, quando não assassinadas.

Essas violências também são direcionadas a outras identidades de gênero, como mulheres transexuais e travestis. Uma deputada estadual brasileira nos contou que outro deputado ameaçou **“tirar as travestis do banheiro a tapa”**. **“Em seguida, outros subiram na tribuna para falar que homem é homem, mulher é mulher.”** A solução que ela aponta é não naturalizar esse tipo de violência.

Na Colômbia, um sindicalista ofendeu e chegou a cuspir na cara de uma das vereadoras entrevistadas depois de uma audiência pública em que ela se posicionou contrária a ele. **“Eu o denunciei por violência de gênero. Mas já se passaram dois anos e três meses e não aconteceu nada. É indignante.”**

Desafios na implementação das legislações sobre o tema: Bolívia e México.

Na Bolívia, a vereadora Juana Quispe, de Ancoraimenes, no departamento de La Paz, foi assassinada, em 13 de março de 2012, depois de denunciar reiteradas vezes as agressões que vinha sofrendo de outros vereadores. Dois meses depois, o Congresso aprovou a Ley contra el Acoso y la Violencia Política hacia las Mujeres.

Seis anos e um dia depois do assassinato de Juana, a vereadora negra, lésbica, nascida na favela e ativista dos direitos humanos, Marielle Franco, foi executada no centro do Rio de Janeiro. O que aconteceu com ambas foi uma violência política de gênero. Silenciamento de mulheres no exercício do mandato. Tentativa de apagamento do voto de quem as elegeu representantes.

No Brasil, uma proposta encabeçada por uma deputada, que prevê pena de três a oito anos de reclusão para quem cometer violência política “através de pressão, perseguição, assédio, ameaça, agressão, seja física ou psicológica, contra mulheres candidatas, eleitas, nomeadas ou no exercício de cargo político”, está parada à espera da votação em plenário.

No México, a violência política de gênero ganhou protagonismo na eleição de 2015, quando organizações da sociedade civil documentaram casos de chantagem, assédio, estupro, tortura e assassinato de candidatas. Frente a isso,

o Senado pediu que o Instituto Nacional Eleitoral (INE) e o Conselho Nacional de Prevenção à Discriminação (CONAPRED) se pronunciassem. Desde então, o protocolo para atender à violência política contra as mulheres propõe uma coordenação adequada de instituições responsáveis para enfrentar os casos de violência política de gênero, evitando que os direitos políticos-eleitorais sejam afetados pela violência.

Não é coincidência que a Bolívia e o México sejam os primeiros países a tomarem medidas de combate à violência política contra mulheres. Os dois países são os únicos visitados por nós que já alcançaram a paridade de gênero, com homens e mulheres dividindo quase igualmente os assentos no parlamento. Porque, quando as mulheres participam das tomadas de decisão, fazem questão de deixar o caminho aberto para que outras se juntem a elas.

Mas, mesmo nos países que já aprovaram legislações positivas, a sociedade civil e suas representantes precisam estar constantemente alertas para que as leis sejam cumpridas e para que não haja retrocesso. “A Bolívia é o país com a maior participação de mulheres na política na América Latina, mas, ao mesmo tempo, temos um dos índices mais altos de violência contra as mulheres. Isso é uma contradição”, ponderou Mónica Novillo, diretora executiva da organização boliviana *Coordinadora de la Mujer*, que trabalha e atua no tema há mais de 20 anos. “A articulação das organizações precisa ter uma agenda, vigiar o cumprimento da paridade, propor leis, fiscalizar as assembleias legislativas”, aconselha Rosário Sandi, política boliviana que atuou na Constituinte de 2006/2007 como membro da Comissão 9 de Autonomia e Descentralização, apoiando a incorporação da Agenda Política das Mulheres na Agenda Política nesse marco histórico boliviano.

Na outra ponta, em países em que não há leis que eduquem e combatam a violência política de gênero, as mulheres enfrentam o silêncio diante do problema. O primeiro passo para resolver um problema é nomeá-lo. É só lembrar que o feminicídio - a morte de uma mulher pelo fato de ser mulher - só passou a ser fortemente discutido no Brasil depois que a lei foi sancionada, em 2015, pela então presidente Dilma Rousseff.

Na Argentina, o termo ganhou as capas dos jornais quando o movimento *Ni Una Menos* ocupou as ruas contra a violência de gênero - o que prova, mais uma vez, que a movimentação da sociedade civil é uma grande aliada na promoção da consciência de gênero e consequente criação de leis sobre o tema.

**O CÍCLO DE VIOLÊNCIA NAS
ELEIÇÕES PRECISA ACABAR.
O CÍCLO QUE QUEREMOS É
DE MAIOR CONSCIÊNCIA
DE GÊNERO, QUE LEVE MAIS
ELEITORAS/ES A VOTAREM
EM MULHERES COM
CAPACIDADE DE LUTAR
CONTRA A VIOLÊNCIA.
E QUE ESSAS ELEITAS
REFORCEM MECANISMOS
E DINÂMICAS, A PARTIR
DA POLÍTICA, QUE POSSAM
CONTRIBUIR PARA
EDUCAR A POPULAÇÃO,
IMPULSIONANDO A
MUDANÇA CULTURAL.**

A política da vida em contraponto à política da morte.

Ser mulher na política é como ter que disputar uma corrida de obstáculos, sendo que os nossos obstáculos têm o dobro do tamanho.

Mas imagina com a gente: se, mesmo diante de todos os obstáculos, as mulheres inovadoras na política estão conseguindo pautar o debate político e redesenhar a forma de exercer o poder, o que será possível fazer quando lutarem em pé de igualdade? Será ainda mais potente.

É só a gente observar do que elas já foram capazes. Em Pernambuco, uma prefeita lésbica sofreu todo tipo de ameaça durante sua campanha à prefeitura. O carro que ela costumava usar chegou a ser alvejado com cinco tiros, dias antes da eleição. Contra todos os preconceitos, ela foi eleita a primeira prefeita lésbica do Nordeste. “Quando eu entro numa luta, eu entro para lutar, não importa ganhar ou perder, mas eu estou ali para competir. Então eu entrei de cabeça erguida, sabendo que eu poderia encontrar algumas barreiras. Encontrei muitas. Mas quebramos muitos tabus aqui no nosso município.”

Outro exemplo vem da eleição de três ex-assessoras de Marielle Franco para a Assembleia Legislativa do Rio. Por todo o país, em 2018, mulheres inovadoras, negras, LGBTQ+ e periféricas foram as primeiras a serem eleitas em suas cidades.

Essa nova geração de eleitas tem enfrentado a política que privilegia o armamento, o desmatamento e o negacionismo da ciência, com a política à favor da vida, da dignidade, de construções saudáveis e sustentáveis. E é sobre isso que vamos falar no próximo capítulo.

“É INDISCUTÍVEL QUE ESSA EXPLOÇÃO DE MULHERES NEGRAS OCUPANDO A INSTITUCIONALIDADE, A PARTIR DE 2018, É UMA RESPOSTA TAMBÉM PARA AQUELES QUE TENTARAM SILENCIAR AS MULHERES NEGRAS, CERCEAR AS MULHERES QUE AGORA ESTÃO OCUPANDO LUGARES DE DECISÃO”

Advogada negra eleita deputada estadual em Minas Gerais, em 2018.

A hand is holding a black sign with white text. The text on the sign reads "MARIELLE PRESENTE, HOJE E SEMPRE!". Above the text is a small white sun icon, and below it is a small white smiley face icon. A yellow flower is attached to the top of the sign.

**MARIELLE
PRESENTE,
HOJE E SEMPRE!**

A photograph of a woman performing on stage. She is wearing a headband and holding a microphone to her mouth. Her right hand is raised with her index finger pointing up. In the foreground, a woman with glasses and a yellow top is looking towards the stage. The background is dark with some stage lights.

CAPÍTULO QUATRO
CAPÍTULO QUATRO
CAPÍTULO QUATRO
CAPÍTULO QUATRO

Imaginação na prática.

Um convite à inovação
política das mulheres.

“A esperança na América Latina, no mundo em desenvolvimento, somos nós, as mulheres e os jovens. Porque somos a força de mudança, de renovação. Trazemos novas agendas: empreendedorismo, igualdade, consciência ambiental, riqueza com justiça.”

Cláudia López,
prefeita, Colômbia

A solidariedade que sempre foi uma demonstração de fraqueza num mundo patriarcal, hoje, nos fortalece.”

Victoria Donda,
legisladora, Argentina

Despertar coletivo, potência coletiva.

Como você percebeu ao longo dessa leitura, conquistar espaço no debate político não é uma tarefa fácil. É preciso confrontar ideias estabelecidas, vencer burocracias partidárias e conquistar apoio. E essa batalha é ainda mais desafiadora para mulheres, que precisam enfrentar estigmas, preconceitos e violência de gênero e raciais.

No entanto, campanhas de incentivo ao voto em mulheres se disseminaram pela América Latina. Em nossa viagem, encontramos centenas de mulheres eleitas que estão desafiando os papéis tradicionais de gênero, ocupando os espaços de poder e mudando a política por dentro.

Queremos mais mulheres na política. Mas, afinal, o que de fato muda quando elas estão no poder?

Ao longo dessa jornada, percebemos muitos pontos em comum entre as trajetórias das políticas eleitas, ativistas e acadêmicas entrevistadas. A cada novo encontro, percebemos que as histórias de mobilização e inovação se repetiam entre si, ainda que cada uma dessas mulheres fosse de um país e vivesse um contexto político completamente diferente. Até que, ao fim, pudemos identificar tendências de comportamento entre as que consideramos inovadoras na política.

Para responder à pergunta **“O que muda quando as mulheres estão no poder?”** precisamos nos lembrar onde começou a caminhada de muitas delas: nas ruas.

Ao participarem desses levantes de mulheres, como o argentino *Ni Una Menos* ou o chileno LASTESIS, muitas delas perceberam, pela primeira vez, que problemas vividos em casa eram compartilhados por milhares de outras mulheres. Entenderam que o pessoal é político - como diz o slogan feminista que deu o tom da segunda onda do feminismo -, e não voltaram iguais para os lares.

Ao longo dessa jornada, entendemos que esse despertar coletivo é a raiz de uma mudança cultural ampla. Porque, ao entrar para a política institucional, elas não estão atrás de uma ambição pessoal. Estão usando a política como ferramenta de transformação social. Se sentar à mesa do poder é apenas uma ferramenta para mudar a realidade. **Assim, o poder deixa de ser uma busca individual e se transforma em uma potência coletiva.**

Podemos afirmar que um objetivo comum entre essas mulheres é sanar a desigualdade social. Muitas nos relataram episódios de injustiças que despertaram suas vontades de ocupar os lugares de decisão. Por isso, suas ações são pautadas por um objetivo imediato: a resolução dos problemas.

Essa capacidade resolutive se desenvolve através da **intuição e da empatia**. A intuição é uma forma de inteligência interpessoal e a empatia é uma ferramenta política que faz concessões e destrava o debate. Quando somos capazes de compreender a outra pessoa, o diálogo se enriquece. Além disso, essas qualidades estão frontalmente opostas à velha política patriarcal, na qual a autoria e o personalismo se sobrepõem ao debate.

A vontade de diminuir as desigualdades sociais e promover equidade, a ação voltada à resolução de problemas e a capacidade de escuta e de mediação abrem uma importante conexão entre as mulheres na política e a **sociedade civil**.

Uma das estratégias inovadoras delas é criar **redes de colaboração** e cultivar **espaços de reflexão**. Conectadas com as agendas da sua base de apoio, as iniciativas ganham musculatura e saem mais fortes do papel. A pressão social também ajuda a acelerar os processos legislativos e incentiva outros políticos a apoiar a pauta.

Ao incluir toda a sociedade no debate, essas mulheres também fortalecem a ideia de **corresponsabilidade**, em que o exercício político é coletivo. A cidadania amadurece quando percebemos que somos parte do problema, mas também da solução.

Como a sociedade civil também perdeu espaço dentro dos partidos, esse novo canal de troca ajuda a resolver a **crise de representatividade**. Em constante conexão com a base, as mulheres inovadoras deixam o lugar de intermediadoras da sociedade e passam a ser porta-vozes legítimas dos anseios coletivos. Contra a cultura de que os eleitores precisam de um salvador da pátria, elas não se vendem como heroínas e sim como participantes de um resultado coletivo.

As mulheres inovadoras também apostam na **transversalidade** dos projetos. Ao pensarem coletivamente como resolver um problema atrelado à desigualdade social, elas não deixam de incluir nessa solução aspectos ambientais, questões de gênero e raça, discussão sobre justiça, segurança pública e economia. Porque, afinal, os problemas estruturais demandam soluções integradas.

Apoiadas nessa base de sustentação popular e comprometidas com soluções transversais, nossas entrevistadas começam a **cruzar fronteiras partidárias**. Também por falta de apoio de seus partidos e ainda pela participação minoritária das mulheres na política institucional, elas se aliam a homens e mulheres que apoiam suas ideias, ainda que estejam abrigados em outros partidos políticos. Esse suprapartidarismo e a transversalidade de agendas são mais uma forma de combater o personalismo tão arraigado na cultura política latino-americana.

Esse exercício de imaginar e criar novas formas de fazer política - que passa por pensar propostas, definir ações e engajar o eleitorado - é mais do que uma experimentação para as nossas entrevistadas, é um princípio. A criatividade não é apenas um instrumento, é uma ética. Elas acreditam que construir processos diferentes inevitavelmente criará soluções inovadoras. Damos a isso o nome de **ética criativa**.

Na política feita por essas mulheres, o poder não é só decidido em mesas de escritório e dentro de gabinetes, mas também passa a ser discutido em casa, nas ruas, em encontros e em celebrações.

Criando uma **política mais acolhedora e estimulante**, elas também atraem novas mulheres para o debate. Mais mulheres inovadoras na política têm transformado a política do embate, da polarização e da exclusão em uma política voltada para a mediação, o diálogo e a inclusão. E quem ganha com isso é toda a sociedade.

A mudança na prática.

Aqui, compartilhamos algumas histórias contadas pelas nossas entrevistadas, nas quais identificamos a nova lógica política. São histórias protagonizadas por mulheres que impactaram a política de seus países. Escolhemos estas histórias porque acreditamos que servem de inspiração, como exemplos de resistência e de criação de novos processos políticos.

1. **#ParidadeEnTodo** México
2. **Acordo de paz** Colômbia
3. **Estamos listas** Colômbia
4. **Gabinetona** Brasil
5. **Las Sororas e a Marea Verde** Argentina
6. **Paridade na Constituinte e coletivo performático LASTESIS** Chile
7. **Lei 243** Bolívia



#ParidadeEnTodo

México

Nossa jornada para entender como as mulheres estavam mudando a política na América Latina começou no México, onde nos deparamos com a potência das descobertas que faríamos ao longo do caminho. No nosso primeiro dia na Cidade do México, em maio de 2019, entrevistamos a senadora Kenia Lopez, do PAN, que não deixava de nos falar sobre a “paridade em tudo”. Não sabíamos, mas, uma semana antes, o Senado mexicano havia aprovado uma reforma constitucional instituindo que, em todos os níveis de governo (municipal, estadual e federal) e também em todos os poderes (legislativo, executivo e judiciário), mulheres e homens deveriam ocupar igualmente as vagas eletivas. [[Leia mais sobre a paridade de gênero no capítulo 2](#)]

Foi uma surpresa descobrir que isto não estava no nosso radar, quando era exatamente o tema da nossa pesquisa. Mas era compreensível. Afinal, a invisibilidade das mulheres políticas na mídia é real. Como de costume, o assunto não tinha ganhado destaque na imprensa e aquela mudança, tão impactante na estrutura e na cultura política, estava sendo tratada como um assunto menor, escondido nos pés das páginas dos jornais. Inclusive tentamos contribuir para corrigir o problema escrevendo sobre o assunto para o *El País*.

Logo que assumiu o mandato de senadora, em 2018, Kenia Lopez e outros dois senadores apresentaram o projeto para ampliar a paridade de gênero, então existente apenas no Congresso, para todas as esferas de poder. Os três, portanto, decidiram somar esforços. Kenia costurou a aprovação da proposta entre seus aliados da centro-direita, Martha Lucía Micher, do Morena, mesmo partido do presidente Andres Manuel Lopes Obrador, aproveitou seu bom trânsito à esquerda, e o senador Martí Batres cumpriu o papel de abrir caminho especialmente entre os homens, que ainda não estavam tão engajados. O resultado foi a aprovação unânime do projeto.

Mas a articulação em torno da paridade total tinha começado muito antes. Mudar a constituição nesse sentido era uma pauta da sociedade civil desde os anos 1990. A partir de então, o movimento *Mujeres en Plural*, que reunia ativistas, acadêmicas, jornalistas, juristas e tantas outras profissionais, cumpria o papel de articuladora entre os vários movimentos e partidos políticos em prol de mais direitos políticos para as mulheres mexicanas.

Foram as *Mujeres en Plural*, por exemplo, que disponibilizaram estudos e dados para embasar o trabalho das deputadas. Elas também ficavam a cargo da mobilização social para pressionar tanto a Câmara como o Senado.

No dia 23 de maio, dois dias depois que começamos nossa jornada, acompanhamos a votação da paridade total no plenário da Câmara dos Deputados. Foi eletrizante. Porque, em se tratando de política, tudo poderia acontecer. Além disso, elas estavam correndo contra o tempo. A Câmara sairia de recesso na semana seguinte e as deputadas não queriam adiar a votação para não perder o timing, a energia que indicava que os ventos sopravam a favor da reforma.

Quem nos conduziu durante o dia da votação foi a deputada Martha Tagle, do *Movimiento Ciudadano*, um partido de esquerda. Ela nos contou que, desde o momento em que a proposta havia sido enviada para o Senado, as deputadas já começaram a se organizar para quando chegasse a hora da votação na Câmara. Foi através da Martha que soubemos da existência da Comissão de Igualdade de Gênero. Lá, conhecemos a então presidente da comissão, a deputada Wendy Briceño, que nos contou que a criação da Comissão, em 2014, passou a garantir que todas as leis aprovadas cumprissem garantias de igualdade de gênero. É uma forma de avançar, mas também de conter retrocessos.

O mais rico dessa experiência foi ter assistido a mulheres tão diversas, de todo o espectro político, com histórias e formações tão diferentes, empenhadas na mesma votação. Ali, identificamos os dois primeiros comportamentos recorrentes entre as inovadoras na política: a importância da conexão com a sociedade civil e a força de uma ação transpartidária, que une pessoas de diversas orientações políticas em torno de uma ideia comum.

No caso do México, esse plano de ação coordenado conseguiu aprovar a reforma no tempo previsto, evitando que o clima de boa vontade se dissipasse. As mulheres estavam tão certas sobre essa sensação que a alteração constitucional foi aprovada em tempo recorde também nas 23 Assembleias Legislativas dos Estados. Isso é exemplo de uma luta conjunta, sem obsessão pela “autoria” da proposta. Não escutamos de nenhuma entrevistada que aquela conquista era deste ou daquele partido, mas sim de todas as mulheres.

Como disse a deputada Wendy Briceño em seu discurso de votação, precisamos sempre repetir que “nada foi dado às mulheres, tudo que conquistamos foi com muita luta”. A senadora Micher nos disse algo que também aponta para a resiliência, a insistência das mulheres: “Já não somos feministas, somos insistentistas. Somos as vanguardistas do insistentismo”.

Nos camarotes do plenário, representantes da sociedade civil, como as *Mujeres en Plural*, assistiram a Paridade em Tudo ser aprovada no Senado, também por unanimidade.

Como pesquisadoras, sempre acompanhamos mudanças constitucionais e aprovações de novas leis, mas quase sempre à distância - em contato com as agentes dessas mudanças, mas não presentes no momento de tais votações. Foi exaustivo acompanhar as articulações finais e as longas horas de sessão plenária, mas também foi uma experiência engrandecedora assistir aos debates, acompanhar a articulação corpo a corpo e, por fim, celebrar com elas a conquista. Soubemos ali que nossa pesquisa estava no caminho certo.

Aprendemos que é preciso ter o pé no chão. E, como bem apontou Martha Tagle, aquele era um passo importante, mas era preciso garantir que as mulheres no poder tivessem poder. Isso quer dizer: que mulheres eleitas estivessem à frente de decisões importantes, que ocupassem comissões tradicionalmente masculinas, como as de economia e infraestrutura ou de segurança e defesa nacional, e que pudessem presidir comissões e casas legislativas.

No México, entendemos que, para vencer, as mulheres se unem como elos de uma corrente. Conectadas umas às outras, elas se fortalecem. Aprendemos que as ações precisam atravessar as casas legislativas e também a sociedade civil. A base de apoio popular é catalisadora das mudanças e guardiã das conquistas.



Acordo de paz

Colômbia

Acordo de paz

A Colômbia viveu a guerra civil mais longa da América Latina: foram 50 anos de conflito armado contra as Farc, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, que custaram a vida de 250 mil pessoas, deixando sete milhões de vítimas, afetadas direta ou indiretamente. Em 2016, as Farc deixaram as armas e se transformaram em um partido político oficial depois de um acordo de paz com o governo. Mas talvez o que você não saiba é que esse acordo é referência no mundo por ser o primeiro desenvolvido com uma perspectiva de gênero. Isso quer dizer que levou em conta o impacto na vida das mulheres que foram vítimas diretas da guerra.

Em 2017, fomos para a Colômbia logo depois do acordo e entrevistamos 40 pessoas, entre ativistas, funcionários públicos e políticos, e nenhum deles nos destacou a perspectiva de gênero do acordo de paz. Só nesta nossa viagem, em 2019, quando entrevistamos a senadora Victoria Sandino e a deputada federal Juanita Goebertus, entendemos a importância da perspectiva das mulheres no processo de paz.

As duas, Victoria e Juanita, fizeram parte da mesa de negociação que o governo montou em Havana (Cuba) para negociar com os representantes da guerrilha. E a participação delas na equipe de paz confirmou o que tínhamos observado no México: a conexão com a sociedade civil e as alianças entre partidos de diferentes ideologias eram tendências entre as mulheres inovadoras na política.

Sandino é ex-guerrilheira e foi uma das poucas mulheres a se sentar na mesa em Havana. E foi ela quem deu início a um processo que terminou engajando toda a sociedade civil. Formada em comunicação, estava incomodada com a representação das guerrilheiras na imprensa, tratadas como marionetes dos chefes da guerrilha ou como “mariposas em volta da lâmpada”. Ela e suas companheiras passaram a se preparar internamente, faziam treinamento para dar entrevistas e escreviam artigos de opinião, para então ocupar espaço de porta-vozes do grupo junto com seus companheiros homens.

Dessa forma, passaram a participar de debates e a estar em constante diálogo com ativistas, estudantes, acadêmicas e mulheres de zonas rurais. A partir daí, elas entenderam que estavam diante de uma oportunidade única de reparação e justiça para as mulheres vítimas da guerra. Foi quando, nas negociações em Havana, elas propuseram às representantes do governo a criação de uma subcomissão de igualdade de gênero, que passou a escutar mulheres que representavam todos os lados do conflito

Acordo de paz

- guerrilheiras, agricultoras, vítimas tanto em territórios rurais quanto urbanos, familiares de militares, líderes comunitárias, políticas.

Uma subcomissão queria dizer que era não oficializada e, portanto, o que as mulheres construíram foi uma dissidência, um verdadeiro hackeamento naquela negociação formada majoritariamente por homens que não viam a necessidade de escutar as mulheres. Mas a potência de construir soluções baseadas na realidade das vítimas do conflito transformou esse processo no primeiro acordo de paz do mundo a colocar a perspectiva de gênero em todos os artigos do acordo. O acordo, por exemplo, reconheceu que resolver o conflito agrário estava intimamente ligado à resolução da guerra e garantiu mais direitos às mulheres das zonas rurais. Antes, muitas não conseguiam sequer direito à terra depois da morte de seus maridos. Garantir uma maior participação política das mulheres nas zonas rurais também foi uma preocupação do acordo.

Infelizmente, o governo colombiano levou o resultado do acordo a plebiscito e ele foi rejeitado por uma margem pequena. A oposição fez uma campanha massiva de desinformação, tornando a perspectiva de gênero a grande vilã do acordo. Notícias falsas diziam, por exemplo, que o acordo era baseado em “ideologia de gênero”. Não é à toa que aquilo que torna inovador - a participação das mulheres na construção da paz - se torna alvo dos que se beneficiam com a manutenção do conflito.

Alguns meses depois, o acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional graças a uma grande mobilização da sociedade a favor da paz. No entanto, para que fosse aprovado, o texto com perspectiva de gênero foi modificado para atender àqueles que rejeitavam termos como “gênero” e “identidade sexual diversa”. Sua implementação ainda enfrenta vários desafios e, em 2020, possui uma instância composta por ativistas, políticos, sociedade civil organizada e especialistas que dão seguimento ao enfoque de gênero. Ainda assim, o que queremos destacar no processo de paz foram as ações dessas mulheres de origens tão diferentes que foram capazes de costurar um acordo sensível aos traumas de uma guerra tão longa e violenta.

Não sejamos românticas: não é só porque são mulheres que os acordos entre elas serão sempre assim. Há momentos de divergência, de fragmentação e até de polarização. Mas queremos chamar a atenção para a potência das histórias em que há união. A história da paz colombiana reafirmou o que aprendemos no México: a empatia pode e deve ser usada de maneira pragmática e objetiva na busca de consensos e na reparação da justiça.



Estamos Listas

Colômbia

Ainda na Colômbia, fomos até Medellín, em Antioquia, estado onde o Acordo de Paz havia sofrido sua maior derrota no plebiscito. Lá, o movimento *Estamos Listas* tentava reverter o histórico da sociedade de ter uma baixa representação feminina no legislativo local. *Estamos Listas* é uma expressão em espanhol e significa “estamos prontas”. Prontas para ocupar a política, elas querem dizer.

Na Colômbia, diferentemente do Brasil, um movimento de cidadãos pode participar das eleições se tiver um número determinado de assinaturas. Por isso, essas mulheres tinham um duplo desafio. Primeiro, conseguir as assinaturas para validar sua lista independente. Depois, vencer a eleição.

Tudo começou com um pequeno grupo de amigas que não se sentiam representadas na política de Medellín, dominada por homens brancos de famílias tradicionais da cidade. Decididas a entrar na disputa institucional, criaram um processo em que mulheres se uniam através de círculos de confiança. Na prática, cada uma das seis amigas iniciais tinha que convidar mais seis amigas, de origens diversas, que não precisavam ser familiarizadas com a política. A única condição era que estivessem comprometidas com o movimento.

O que mais nos chamou a atenção no *Estamos Listas* foi seu poder de organização e o pragmatismo. Elas precisavam de 186 mil votos para eleger todas as mulheres da lista. Para isso, pelo menos 1.860 mulheres do coletivo deveriam ser capazes de mobilizar, no mínimo, 100 mulheres cada, ao longo de um ano. Quando a eleição municipal de 2019 chegou, elas já eram 2.200 mulheres ativas reunidas em 37 círculos de confiança.

O movimento se organizou de maneira horizontal, em pequenos grupos, cada uma com suas responsabilidades: uma era a facilitadora, outra cuidava da comunicação, uma da parte jurídica e outra dos processos de formação. E, ao final, faziam parte dos grandes grupos temáticos formados por uma representante de cada grupo. Essa organização, além de ser descentralizada - porque não havia hierarquia entre os círculos -, era baseada em vínculos de afeto, já que seu círculo era formado por mulheres que se conheciam entre si.

No momento de organizar a ordem das mulheres na lista, detalhe importante que influenciaria diretamente nas chances de cada uma ser eleita, elas também usaram a criatividade. A ideia era superar a velha articulação política, onde alguns poucos tomam a decisão para todo o grupo. O processo deveria zelar pela igualdade e não pela competição e levar em consideração que o grupo era diverso, entre mulheres LGBTQ+, mulheres brancas, negras, indígenas, vindas da periferia ou economicamente privilegiadas. Cada integrante votou em três nomes, para dividir de maneira mais igualitária os votos. Contados, formou-se um ranking mais democrático.

Saídas de uma das cidades mais conservadoras do país, o *Estamos Listas* foi a vanguarda das eleições de 2019 na Colômbia. Muitas das mulheres que nunca tinham participado da política se sentiram seguras em fazer parte do debate por estarem em um ambiente amigável. O movimento se tornou um espaço seguro para o exercício político entre mulheres e apontou uma possibilidade de construção de candidaturas para ocupar a política de forma inovadora.

Graças ao *Estamos Listas*, Dora Cecilia Saldarriaga foi a primeira feminista a ocupar o cargo de vereadora da cidade de Medellín. Essas mulheres continuam em movimento, agora também construindo as agendas do mandato que conquistaram.

No Brasil, conhecemos as deputadas e vereadoras da Gabinetona, experiência pioneira no Brasil que serviu de inspiração para o *Estamos Listas* e que é nosso próximo exemplo de ação política inovadora.



Gabinetona

Brasil

Gabinetona

A Gabinetona é “uma experiência de ocupação cidadã da política institucional” e também aposta na criatividade como ética de trabalho. A começar pelo nome: “gabinetona” é como elas chamam um mandato coletivo entre uma deputada federal, uma deputada estadual e duas vereadoras que compartilham ações, estratégias e a equipe de trabalho.

A história de como essa experiência ganhou vida foi a confirmação de todas as tendências que acompanhamos ao longo deste projeto. Em Belo Horizonte (MG), um grupo de ativistas conectadas por movimentos de ocupações da cidade, direito à moradia, das zonas centrais e de periferias decidiram que era necessário entrar para a política institucional e fazer a disputa dentro das instituições “com cidadania, ousadia e pé na porta”, como elas diziam. Assim, em 2016 criaram #Muitas, uma campanha coletiva feita sob o lema “votou em uma, votou em todas”.

Da campanha, saíram eleitas Áurea Carolina, vinda do movimento hip hop, da educação popular e a deputada mais votada da história de Belo Horizonte; e Cida Falabella, diretora de teatro e professora. As duas ainda convidaram a terceira mais bem votada, Bella Gonçalves, LGBTQ+ e militante pelo direito à moradia, para ser covereadora, outra experimentação política. Uma vez empossadas, elas também uniram os gabinetes. Literalmente. **Derrubaram as paredes** e passaram a compartilhar o mesmo espaço e a mesma equipe.

Pode parecer uma mudança simples, mas não é. Quem já esteve num gabinete tradicional sabe como a estrutura física é toda compartimentalizada: de um lado, os funcionários; do outro, o espaço privado do parlamentar, uma sala de reunião a portas fechadas. Por isso, a Gabinetona sequer parece estar dentro de um prédio público. O espaço é aberto, sem paredes, garantindo o fluxo das pessoas e das ideias. A equipe também é diversa, formada por pessoas negras, brancas, LGBTQ+, indígenas, ligadas à cultura e a movimentos sociais, garantindo diferentes perspectivas e identidades aos debates.

A Gabinetona criou ainda uma companhia de teatro e educação popular chamada Az Diferentonas, que atua como elo poético e artístico do mandato com a cidade. Todas essas soluções confirmaram para nós que a criatividade é uma tecnologia social poderosa para aproximar poder público da sociedade. Afinal, quem não detém o poder precisa descobrir novos jeitos de ocupá-lo. E esse jeito é junto.

Gabinetona

Na eleição seguinte, o grupo deu mais um passo: lançaram Andreia de Jesus para deputada estadual e Áurea Carolina para deputada federal. E ganharam. Isso significa que, hoje, em 2020, elas têm um gabinete que atravessa todas as esferas do legislativo: federal, estadual e municipal.

Na prática, essa potente experiência de ocupação cidadã na política institucional se apoia em um amplo grupo da sociedade civil para definir estratégias de ação. São 90 ativistas, trabalhadoras e pesquisadoras - entre elas, mulheres brancas, negras, LGBTQ+, indígenas, moradoras de ocupações urbanas, lideranças quilombolas e pessoas com deficiências - que fazem o Mapa de Lutas. Assim, o mandato está em contato permanente com as lutas populares dos territórios e os projetos de lei são construídos de forma coletiva.

Para dar conta do desafio de atuar em nível municipal, estadual e federal, atualmente estão concentradas em uma casa, em Belo Horizonte, que funciona como coordenação entre os mandatos e promove encontros de participação cidadã na cidade.

A Gabinetona confirmou os padrões de comportamento inovadores que identificamos entre nossas entrevistadas. Elas usam a criatividade para transformar a atuação na política institucional, entendem que suas ações precisam estar conectadas com a população que representam e que a maneira mais orgânica de criar essa conexão é através de redes de colaboração. Apostam em agendas conjuntas para criar soluções mais amplas para os problemas da sociedade.



Las Sororas e a Marea Verde

Argentina

Na Argentina, entendemos como a mudança cultural acontece a partir de políticas inovadoras aliadas à potência das ruas. Tudo pode começar com um gesto simples, como criar um grupo de Whatsapp. E foi assim com *L@s Sororas*, um grupo com 11 mulheres e um homem que conseguiu articular uma votação histórica na Argentina, a do projeto de interrupção voluntária da gravidez, que previa o aborto legal, seguro e gratuito. A proposta chegou a ser aprovada na Câmara dos Deputados, mas foi barrada no Senado. Mais importante que o resultado foi a forma como o processo de votação foi construído, conseguindo pautar para a sociedade a discussão sobre um dos temas mais tabus na América Latina, a legalização do aborto.

Naquele primeiro grupo de Whatsapp, cada um tinha sua função. De um lado estava Silvia Lospennato, deputada aliada ao então presidente Mauricio Macri, responsável pela estratégia parlamentar de aprovação da lei; do outro, Victoria Donda, deputada de oposição, em conexão com o movimento civil organizado. O grupo formou uma comissão onde foram ouvidos 738 convidados a favor e contra vários aspectos do projeto, das questões de saúde às penais. Daniel Lipovetsky, o único homem do grupo, também aliado de Macri, ajudou a abrir caminho entre congressistas homens da direita. Enquanto outras, como Romina Del Plá, da Frente de Izquierda, fazia as vezes de porta-voz contra o movimento conservador. Cada qual com suas armas, avançavam sobre um campo, mas sempre com uma estratégia conectada.

As audiências, além de veiculadas pela tv pública, eram transmitidas pela internet, o que gerou um amplo debate ao longo de quatro meses. Para que a burocracia parlamentar não transformasse as reuniões em algo massante, cada debatedor - um contra e outro a favor - falava por sete minutos, sem interrupções. As perguntas dos congressistas chegavam por escrito, para evitar discursos de palanque.

Às seis da tarde, no horário de saída das universidades, centenas de jovens se reuniam em frente ao Congresso para assistir aos debates usando lenços verdes. E essa constante mobilização se transformou na *#mareaverde*, a maré verde, que tomou conta também das redes sociais.

A capacidade de articulação das Sororas foi algo inédito na Argentina, onde há pouca tradição de consenso político, ainda mais entre os partidos adversários. Houve oposição, claro. E muita. Mas o movimento das ruas foi capaz de impulsionar a discussão dentro do parlamento e levou o debate para as casas da população.

Imaginação na prática
Las Sororas e a Marea Verde

Esse debate dentro das casas não é nada trivial. Todas as entrevistadas mencionaram a força da “*revolución de las hijas*” ou a “revolução das filhas”, jovens que eram filhas e netas de deputados pressionando-os a votarem a favor da legalização.

No dia da votação do projeto na Câmara, milhões de mulheres tomaram as ruas em vigília. E a aprovação foi uma explosão de energia. Semanas depois, o projeto foi rejeitado por uma margem estreita no Senado. O objetivo final fracassou, mas o processo foi um sucesso. Foi pedagógico para a sociedade e transformador para a prática política latino-americana.

Na Argentina, entendemos a potência que há na união entre as ruas e o trabalho estratégico e articulado para as mulheres eleitas. Vimos a construção entre diferentes gerações e confirmamos que devemos contar com homens aliados na luta por mais direitos. As mulheres argentinas parecem estar alguns passos à nossa frente. São vanguarda dessa grande mudança cultural criada por quem entende a força da união de várias individualidades, identidades e gerações. Conhecer esse processo de perto foi importante para nós, autoras deste projeto, porque enriqueceu o nosso próprio imaginário político das mulheres no poder.

A maré verde mostrou que é possível debater de maneira democrática um dos maiores tabus dos países latino-americanos. Em 2019, a Argentina elegeu um presidente que tem levado a sério a agenda por mais equidade e direitos que, por exemplo, criou a Diretoria Nacional de Equidade e Gênero do Ministério da Economia, liderada por uma de nossas entrevistadas, Mercedes D’Alessandro. Afinal, elas deixaram bem claro que as mudanças que promoveram não têm volta atrás.



**Paridade na
Constituinte
e coletivo
performático
LASTESIS**

Chile

**O patriarcado é um juiz
Quem nos julga ao nascer
E nosso castigo
É a violência que você não vê
(x2)**

**É feminicídio
Impunidade para o meu assassino
É o desaparecimento
É o estupro**

**E não foi minha culpa, nem onde
eu estava, nem como eu me visto
O estuprador era você
O estuprador é você**

....

Essa foi a canção que escutamos em todos os cantos do mundo e foi a coreografia encenada nas ruas por milhões de mulheres que transformaram os protestos no Chile, em 2019.

Nossa experiência na Argentina foi transformadora. Portanto, quando chegamos no Chile, no meio de uma convulsão social, no final de 2019, pudemos ver aquele processo do qual ouvimos falar acontecendo frente aos nossos olhos. Chegamos a Santiago no dia em que milhares de mulheres se reuniram para performar a coreografia do coletivo LASTESIS, intitulada *“Un violador en tu camino”*.

O Chile já estava há 50 dias sob forte mobilização social, respondida com violência policial. Os protestos tinham sido deflagrados pelo aumento na passagem do transporte público. Mas se transformou em algo muito maior: era contra a desconcertante desigualdade social no país. O movimento de mulheres estava presente e foi o que impulsionou a tomada das ruas, lugar de onde elas nunca tinham saído. O surgimento do LASTESIS reconfigurou os protestos, já desgastados depois de tantas semanas sem uma resposta efetiva do governo sobre como solucionar o problema, e trouxe os direitos das mulheres para o centro da discussão. Pois de nada adianta reduzir as desigualdades se a discussão não for construída com todos e todas.

Paridade na Constituinte e coletivo performático LASTESIS

Dias depois, pudemos assistir a uma nova manifestação inspirada pelo LASTESIS, naquele momento com mulheres mais velhas dançando e cantando em frente ao Estádio Nacional, antigo centro de tortura militar da ditadura de Augusto Pinochet. A coreografia era a ética criativa na prática: uma nova maneira de protesto, com novas cores e sons, unindo feministas de várias gerações.

O LASTESIS explodiu na semana em que estávamos lá. Do nosso apartamento, podíamos escutar a música sendo tocada em diversos outros apartamentos. Com a música e a coreografia, elas levaram de volta para as ruas mulheres que tinham se afastado dos protestos por causa da violência.

Ver mulheres que podiam ser nossas mães ou nossas avós protestando com aquela energia nos fez entender que essa caminhada vem de muito longe, que só estamos abrindo caminho para um horizonte que será trilhado por outras depois de nós. Não era apenas uma coreografia. Era o exemplo vivo do que queremos dizer quando falamos sobre uma ética baseada na criatividade e na inclusão. É inspirador e potente porque confirma que não há futuro que não seja construído com as mulheres e pelas mulheres.

Por fim, após muitos dias de protesto e pressão, foi aprovado um plebiscito que irá decidir pela abertura ou não de uma Assembléia Nacional Constituinte para reescrever a Constituição herdada da ditadura. E, graças à mobilização das chilenas, essa possível constituinte será paritária, feita pela mesma quantidade de homens e de mulheres. Caso aprovada, será a primeira experiência do tipo na América Latina. Infelizmente, a pandemia deixou os anseios dos chilenos em suspenso. Mas a pauta está colocada para a sociedade.



Lei 243

Bolívia

Lei 243

A Bolívia seria a última parada da nossa viagem se não tivéssemos sido atropeladas pela realidade. Primeiro, em meio a acusações de fraude eleitoral, Evo Morales renunciou à presidência e se exilou na Argentina (e logo no México), causando uma ruptura social. Nos meses seguintes, sob a presidência interina de Jeanine Añez, a pandemia do coronavírus chegou à América Latina. Ainda assim, por meio de videoconferências, buscamos entender o processo inovador construído por mulheres durante a Assembléia Constituinte, que reuniu 50 mil mulheres em torno de uma nova carta magna escrita com perspectiva de gênero. Essa aliança entre vários movimentos ficou conhecida como *Mujeres Presentes en la Historia*.

Como você pode imaginar, reunir 50 mil mulheres é tecer uma rede de contato entre pessoas de realidades muito diferentes. Seria impossível chegar a acordos se o fio condutor dessa costura não fosse a empatia. Essa pluralidade fortaleceu o debate e foi capaz de ultrapassar polarizações. E, entre tantas conquistas, a maior, em termos políticos, foi a aprovação constitucional da paridade de gênero total, em todos os níveis de governo e em todas as esferas de poder, regulamentada posteriormente através das leis eleitorais.

Mas, como não raras vezes acontece, esse passo adiante teve uma reação: o aumento da violência política de gênero. Porque, imagina que, de repente, aqueles homens acostumados com o poder de mando em suas comunidades tiveram que dividir a mesa de decisão com mulheres, muitas vezes sem experiência política. Ouvimos relatos em que políticos locais usaram de todas as formas de agressão, psicológica, sexual e física, para expulsar as mulheres de seus cargos. Esses machismo e racismo estruturais cobraram seu preço especialmente em regiões mais ignoradas pelo poder público, como as indígenas, periféricas e rurais.

O reconhecimento de que a violência política de gênero era estrutural conectou mulheres em redes de colaboração, onde políticas e a sociedade civil organizada mobilizaram, juntas, pautas de discussão e planos de ação.

O ponto de virada nesse debate aconteceu em março de 2012, quando Juana Quispe, uma mulher aymará, vereadora de Ancoraimes, município de La Paz, foi assassinada. Juana tinha denunciado agressões de seus pares inúmeras vezes desde que tinha tomado posse. Ela se recusou a renunciar e acabou sendo executada.

Lei 243

O assassinato de Juana Quispe causou uma comoção nacional e abriu espaço para a aprovação da lei 243⁴, que tipifica a violência de gênero. Aprovada às pressas, a lei não tinha regulamentação. Mas, como a paridade de gênero incluída na Constituição anos antes tinha alçado uma mulher, Katia Uriona, à presidência do Tribunal Superior Eleitoral, elas tiveram uma aliada de peso para criar instrumentos normativos para aplicar a lei.

Ainda assim, ficaram lacunas: o que fazer com o agressor? Como acolher a denúncia e a vítima? Essas respostas foram sendo regulamentadas em uma comissão parlamentar, que teve o apoio da então presidente da Câmara boliviana, Gabriela Montana. Mais uma vez, ter uma mulher no poder, ocupando espaços cruciais para a tomada de decisão, foi definitivo para o sucesso do plano.

Desde lá, o cenário político na Bolívia mudou muito. Evo renunciou em uma situação considerada um golpe por grande parte da população, a polarização tomou conta da sociedade e a presidente interina, Jeanine Añez, não é uma aliada do movimento de mulheres inovadoras. Ainda é possível que essas redes de diálogo voltem a se falar? Só o tempo dirá. O que ficou de lição do caso boliviano é que a vigília sobre os nossos direitos deve ser constante. É preciso estarmos atentas e fortes.

4. O assassinato de Juana é considerado como emblemático porque acelerou a aprovação, em 28 de maio de 2012, da Lei “Contra assédio e violência política contra as mulheres”, proposto pelas organizações de mulheres em 1998.



CONCLUSÃO

Essa maneira inovadora de fazer política, substituindo a polarização pelo diálogo e o personalismo pelo trabalho em redes, também transforma suas agentes no campo pessoal. E esse amadurecimento retorna para sua atuação política. Por isso, a maioria das nossas entrevistadas evoca uma política feita com racionalidade e muito pragmatismo, mas sem desconsiderar sentimentos e emoções.

Essa é também uma forma mais convidativa de fazer política, que ajuda a manter a sociedade civil engajada não apenas nos momentos decisivos, como em votações importantes ou manifestações urgentes, mas também na eterna vigilância dos nossos direitos.

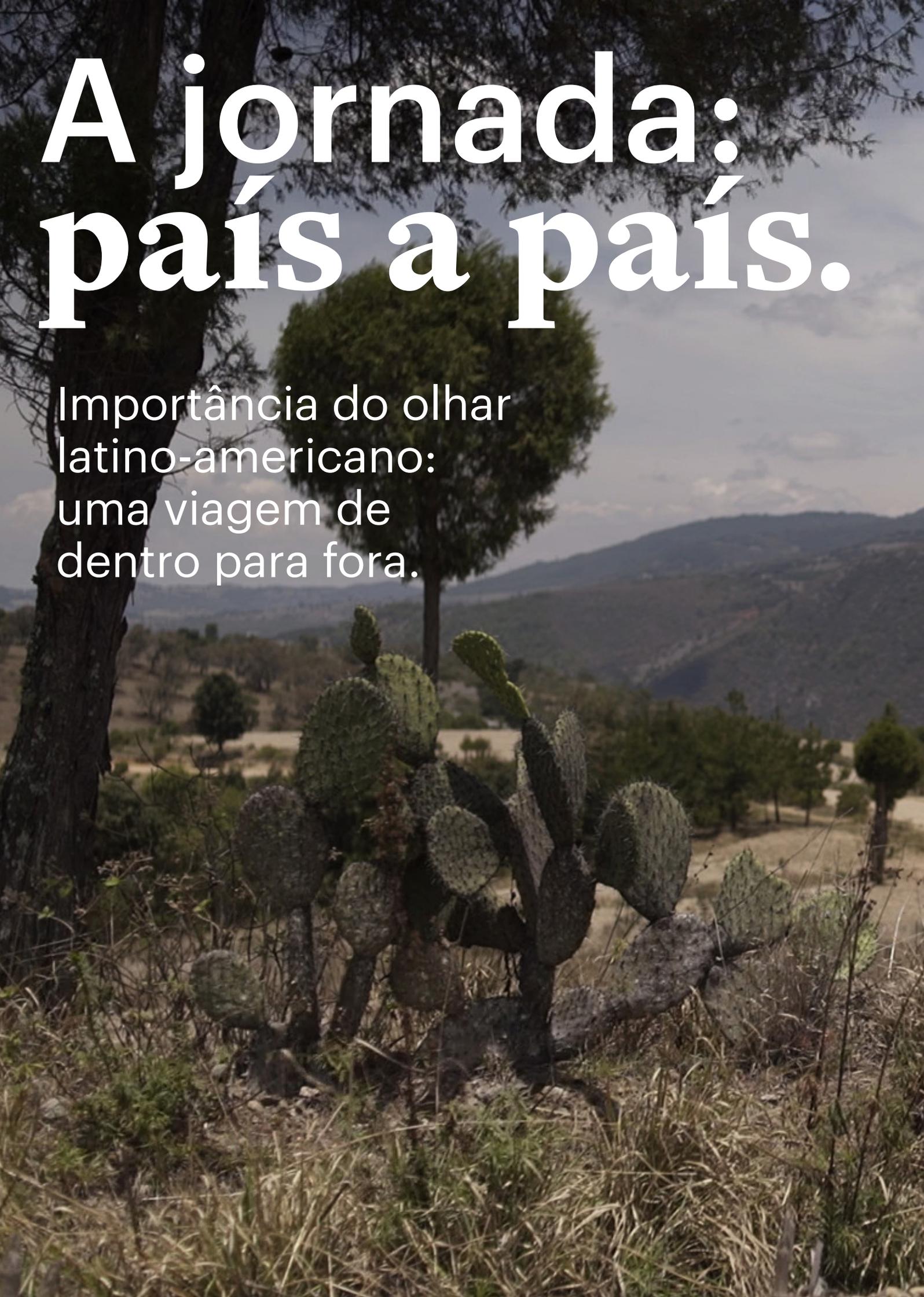
Essa viagem pela América Latina tinha começado com uma ideia: entender como as mulheres estão inovando na forma de fazer política. As mulheres que a gente encontrou pelo caminho não estavam só planejando a mudança. Elas estavam fazendo a mudança. Ali, na hora.

E a conclusão é que não há conclusões: este é um processo em eterna construção. Por isso, precisamos votar em mulheres plurais, dispostas a desafiar o sistema vigente e colocá-las em evidência. Precisamos também nos envolver no debate e nunca abandonar a fiscalização dos direitos conquistados. Devemos apoiar organizações, movimentos e mídias independentes, com recursos e visibilidade. O trabalho é árduo, mas inspirador. Estamos diante de uma grande oportunidade de mudança.

Voltamos dessa jornada transformadas, confiantes na nossa capacidade de atuar politicamente. Porque política não é só jargão e burocracia. **Política é, antes de tudo, um exercício de imaginação.**

A jornada: país a país.

Importância do olhar
latino-americano:
uma viagem de
dentro para fora.



América Latina é um território multicultural e multirracial. Cada país que faz parte dessa região traz um pouco de sangue, suor e luta ao movimento intenso e constante da emancipação cidadã. Nosso passado e nosso presente são marcados por histórias ancestrais e cosmovisões indígenas e afro-latinas que se somam nesta colcha de retalhos que nos constitui. Mas nem só de flores e florestas somos feitos. Temos um passado colonial marcado por escravização, degradação ambiental, racismo e patriarcalismo, assim como por ditaduras e autoritarismos, ainda presentes em nossas sociedades.

Somos tudo isso e um pouco mais. Nossas sociedades são complexas e isso nos conecta. Nossos desafios são semelhantes. Olhar para dentro do nosso território, das nossas dinâmicas sociais e culturais é fazer um caminho de busca por soluções inovadoras que dialoguem com nosso ser, nosso fazer, com nossas características e qualidades. Conhecer a América Latina a partir da escuta ativa de histórias, vivências e experiências de quem a constrói e reconstrói é revelar a imaginação política que brota de cada fazer político desse território.

Buscar essas perspectivas decoloniais⁵ é se deparar com a presença ativa de mulheres, em suas diversidades, que buscam se organizar coletivamente para o enfrentamento de problemas reais e complexos. Isso não é de hoje: nos quilombos e nas aldeias indígenas, mulheres já sentavam em roda para trançar cabelos e contar histórias, uma das tantas estratégias de resistência e existência. No mundo contemporâneo, essas vozes femininas ecoam e se transformam em corpos políticos que reconhecem o espaço de poder como lugar fundamental para a redução das desigualdades sociais.

Neste capítulo, vamos amplificar as vozes de seis organizações aliadas em seis países diferentes, que nos apoiaram nesta construção com a dedicação e inteligência de dezessete pesquisadoras e pesquisadores. Cada país trouxe sua contribuição para o processo de maior representação de mulheres na política. Juntas, queremos reconhecer a inovação política que pulsa em nossas sociedades, que têm como porta-vozes as mulheres latinas, e também dar luz às barreiras estruturais que impedem as mulheres de participar da vida política.

Te convidamos a mergulhar nas veias abertas da América Latina que estão sendo costuradas por mulheres tecedoras a partir de um fazer político transformador e democrático.

5. “O pensamento decolonial reflete a colonização como um evento grande e duradouro, com muitas rupturas e não como uma etapa histórica que já foi superada. [...] Dessa forma, ele quer enfatizar que a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, mas sim, superar o momento colonial para o momento pós-colonial. A intenção é provocar uma posição contínua de transgressão e insurgência. O decolonial, portanto, implica uma luta contínua.” (COLAÇO, 2012, p. 08)

Argentina

Aliança convidada:



Pesquisadoras locais:



Agustín Frizzera é diretor executivo da *Democracia en Red* e coordenador do projeto *Causas Comunes*. Membro da *Red de Innovación Política de América Latina*, do *Consejo Estratégico de Convergencias Latinoamericanas de Innovación Política*. É formado em Sociologia (UBA) e mestre em Gestão Urbana (UPC). Foi diretor de diferentes programas na Argentina e na Espanha.



Soledad Tuñón é formada em Sociologia (UBA). Trabalhou em políticas públicas na área da educação e colaborou com o *Democracia en Red*. Atualmente, está cursando mestrado em estudos de gênero na Universidade Paris 8.

Embora seja possível traçar uma longa genealogia do movimento feminista e LGBTQ+ na Argentina, partimos do “retorno à democracia”, em 1982, pois marcava um ponto de cisão, um limiar que tornava possível fazer perguntas urgentes até então silenciadas à força. No ritmo dos *Encuentros Nacionales de Mujeres* (hoje, encontro plurinacional de mulheres, lésbicas, travestis, trans e não binários), únicos em sua regularidade, dinâmica e convocação, novas discussões, nova legislação e novas militâncias foram pensadas e tecidas.

Como um marcador do afrouxamento das restrições nas formas de relacionamento, em 1987 a Lei do Divórcio foi aprovada. Em 1991, a Lei das Quotas Femininas garantiu um mínimo de 30% de mulheres nas listas eleitorais e, assim, abriu o caminho para as mulheres ousadas que queriam se dedicar à política.

Em 2010, precedida por um debate amplo e plural, foi promulgada a Lei de Casamento Igualitário e, em 2012, foi aprovada uma Lei de Identidade de Gênero avançada que autoriza não apenas a alteração de dados pessoais em relação ao sexo, mas também acesso a tratamentos hormonais e cirúrgicos totais ou parciais.

Em 2015, o grito *Ni Una Menos* ressoou e as que nunca haviam se reconhecido como feministas se uniram para participar ativamente das lutas políticas. A massificação deu aos movimentos um consenso sem precedentes para realizar uma Greve Nacional das Mulheres, em 8 de março de 2016.

Nessa onda, em 2017, um grupo de deputadas conseguiu votar a proposta de aumentar a cota de representação política feminina de 30% para 50%. Em 2018 e no contexto do rompante de reivindicações feministas após a primeira marcha de *Ni Una Menos*, o debate parlamentar sobre a Legalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVE) estabeleceu um marco.

Durante cinco meses, as mobilizações em todo o país foram massivas. A imaginação política, os protocolos, as intervenções, o lenço verde permeavam fortemente o tecido social e já faziam parte da memória coletiva. Assim, impulsionadas pela força de *La Marea Verde*, das ruas, o grupo de deputadas "*Las Sororas*" cuidou do trabalho dentro do Congresso e obteve a aprovação do projeto na Câmara dos Deputados, algo impensável alguns meses antes.

A trajetória das últimas três décadas marca a incorporação de mais mulheres à política formal e mostra uma conversa ampliada, abordando diferentes temas com muitas conquistas, algumas derrotas e várias pendências. Hoje, nas circunstâncias da pandemia do COVID-19, que amplia as desigualdades, a participação política institucional daquelas com uma agenda que incorpora debates feministas e de diversidade sexual é um apoio essencial para discussões urgentes dentro da arena política.

Lista de entrevistadas⁵



Ana Meiners
Prefeita



Maria Cristina Gomez
Ex- Prefeita



Araceli Ferreyra
Deputada Federal



Marta Alanis
Católicas Pelo Direito
A Decidir (AR)



Caren Tepp
Vereadora



Mayra Soledad Mendonza
Prefeita (atual)
Ex-Deputada Federal



Cecilia Palmeiro
Escritora e ativista



Mercedes D'Alessandro
Diretora Nacional de Economia
e Gênero e Fundadora
EcoFemini(s)ta



Diana Maffía
Filósofa



Monica Fein
Ex-Prefeita



Eva Mieri
Vereadora



Norma Durango
Senadora



Gabriela Cerruti
Deputada Federal



Ofélia Fernandez
Legisladora



Josefina Menzona
Deputada Federal



Romina Del Plá
Deputada Federal



Karina Banfi
Deputada Federal



Silvia Lospennato
Deputada Federal



Lucila Maria de Ponti
Deputada Estadual (atual)
Ex-Deputada Federal



Victoria Donda Perez
Ex-Deputada Federal

5. Todas as entrevistadas estavam cumprindo mandato no momento da entrevista. Argentina teve eleições em 2019, portanto, algumas estão ocupando outros cargos atualmente.

Bolívia

Aliança convidada:



Pesquisadoras locais:



Julia Beatriz Alandia Ricaldi é cientista política, ativista, militante na promoção dos Direitos Humanos, consultora da *Coordinadora de la Mujer*. Contribuiu para a pesquisa sobre a participação política de jovens e mulheres. Do ativismo e da formação acadêmica, desenvolveu atividades de descentralização, participação cidadã, governo aberto, laboratórios cívicos, entre outros.



Lucia Vargas Sontura é ativista de direitos humanos, psicóloga, feminista e comprometida com a igualdade de gênero e a justiça social. Participou do processo constitucional boliviano. Contribuiu para a criação do *Observatorio de la Paridad Democrática* e da institucionalidade de gênero no Órgão Eleitoral. Atualmente, compartilha lutas e cumplicidades na *Coordinadora de la Mujer*.



Monica Alejandra Novillo Gonzales é ativista feminista, comunicadora social e jornalista. Trabalhou em vários meios de comunicação e instituições para a promoção e defesa dos direitos das mulheres. Com especialização em gênero e políticas públicas, promove iniciativas de incidência política em nível nacional, regional e global. Tem publicações sobre participação política, gênero e HIV. Diretora da *Coordinadora de la Mujer* e *Coordinadora Regional da Red de Educación Popular entre Mujeres* - REPEM.

A Bolívia se tornou uma referência regional nos últimos anos, tendo alcançado representação paritária nos órgãos legislativos. A presença histórica das mulheres reconfigurou os espaços de tomada de decisão que estavam anteriormente sob o monopólio masculino, permitindo importantes avanços na consolidação dos direitos das mulheres. Essas conquistas não teriam sido possíveis sem a colaboração de diversas organizações que articularam uma agenda comum, delinearam um caminho de conquistas em aliança com mulheres políticas, primeiro na Assembleia Constituinte e na formulação de um novo marco constitucional, e depois no desenvolvimento dos regulamentos eleitorais e no estágio pós-constitucional, que acabou consolidando os princípios de paridade, alternância e equivalência na participação política.

Este estudo reflete o processo de inovação política gerado em torno do progresso e consolidação de direitos e da igualdade de gênero. Sem dúvida, as mulheres constituem uma força política recente, com grande capacidade de diálogo, articulação e maturidade política para construir propostas coletivamente, gerar alianças entre vozes diversas, articular estratégias e responder às necessidades e demandas das mulheres como um todo, muitas vezes superando as decisões ideológicas partidárias. Sua incursão no âmbito político responde ao seu compromisso de avançar em direção à justiça social, à igualdade de gênero, consolidação de representação paritária e expansão da democracia intercultural.

Atualmente, a Bolívia apresenta um cenário político complexo, com um governo de transição questionado, assumido após uma forte revolta social e política devido a uma suposta fraude eleitoral, em outubro de 2019. Na perspectiva de superar essa crise, iniciou-se a eleição de novas autoridades e a convocatória de novas Eleições Nacionais. No entanto, persistem posições polarizadas e vislumbres de conflito, colocando em risco a vida democrática do país.

Por outro lado, a participação das mulheres na esfera política ainda está se desenvolvendo em condições de desigualdade. O desafio é resgatar a imaginação política (uma tarefa importante nas ações das mulheres) reconstruir o tecido social e incorporar profundas transformações no sistema patriarcal, capitalista e colonial. Para isso, será necessário criar espaços de diálogo com interlocutores equivalentes, enriquecer a agenda das mulheres a partir de uma abordagem intersetorial e transformar a cultura e a prática política. Por fim, uma nova modalidade de participação das mulheres, denominada “candidaturas independentes”, deve ser considerada para que a autonomia não tenha um custo político para as mulheres, nem uma condição para o seu direito de representação. Novos canais são abertos para a participação política das bolivianas.

Lista de entrevistadas⁶



Cecilia Chacón
Vereadora



Katia Uriona
Ex-presidenta do Supremo Tribunal Eleitoral



Celima Torrico
Vereadora



Leonida Zurita
Deputada Estadual



Claribel Sandoval
Deputada Estadual



Marina Benitez
Deputada Estadual



Elisa Vega
Representante eleita para Assembleia Constituinte em 2006-2010



Mirtha Arce
Senadora



Gabriela Montaña
Ex-Deputada Federal



Rosario Ricaldi
Representante eleita para Assembleia Constituinte em 2006-2009



Isabel Dominguez
Representante eleita para Assembleia Constituinte em 2006-2009



Susana Rivero
Ex-Deputada Federal



Jimena Costa
Ex-Deputada Federal

6. As entrevistas ocorreram num momento de crise política, algumas entrevistadas não estavam mais ocupando o cargo que foram eleitas. Outras foram selecionadas por sua trajetória para aprovação da paridade e da lei de violência política de gênero.

Brasil

Aliança convidada:



Pesquisadoras locais:



Clara Carolina de Sá é advogada e especialista em gestão pública. Atuou no Ministério de Desenvolvimento Social brasileiro, como assessora parlamentar no Senado Federal e consultora no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Foi Conselheira Nacional de Assistência Social e Conselheira Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. Hoje é uma das diretoras do Instituto Alziras.



Roberta Eugênio é advogada formada pela UERJ e mestre em direito pela UFRJ. Nos últimos anos, tem desenvolvido pesquisas sobre o enfrentamento às desigualdades de gênero, violências estruturais e institucionais de gênero e raça e sistemas de participação política, a partir de uma perspectiva decolonial e antirracista.



Marina Barros é administradora com mestrado em comunicação e tecnologia. Sua trajetória passa pelo desenvolvimento de modelos de governança mais abertos, participativos e transparentes, tanto no setor público quanto privado. Cofundadora e codiretora do Instituto Alziras desde 2017, tem desenvolvido projetos que contribuem para o fortalecimento da presença das mulheres na política.



Thaisa Torres Nunes é Gestora de Políticas Públicas (EACH-USP) e ativista no tema mulheres e política. Tem experiência em assessoria legislativa e em elaboração e monitoramento de projetos sociais no terceiro setor. Trabalhou em diversas campanhas políticas até fundar a Iniciativa Brasilianas.



Michelle Ferreti é mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ e administradora pela FGV-SP. Possui mais de 20 anos de experiência em políticas públicas, direitos humanos e desenvolvimento sustentável, tendo atuado como assessora e consultora para governos, organizações da sociedade civil e empresas como Petrobras e Grupo Votorantim. É uma das cofundadoras e diretoras do Instituto Alziras.

A despeito de serem mais da metade da população e do eleitorado, as mulheres brasileiras governam somente 12% das Prefeituras, ocupam apenas 13% das cadeiras existentes nas Câmaras de Vereadores e 15% dos assentos disponíveis nas Assembleias Legislativas Estaduais, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Se analisarmos esses mesmos índices, considerando parâmetros de diversidade racial e de classe social, esse déficit democrático torna-se ainda mais grave.

Foi apenas em 2010 que uma mulher passou a ocupar a presidência da República pela primeira vez na nossa história. Dilma Rousseff governou por quatro anos e foi reeleita, mas teve seu segundo mandato interrompido por um controverso processo de impeachment, cujos contornos machistas e misóginos evidenciaram como a política pode ser hostil às mulheres. Poucos anos depois, o brutal assassinato da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro, reafirmou a urgência de mecanismos para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência de mulheres nos principais postos de poder e de tomada de decisão política do país, de forma que elas possam exercer seus mandatos plenamente, em condição de igualdade com os homens, livres de violência e discriminação.

Ao longo da última década, o país atravessou dificuldades econômicas somadas a uma profunda crise política decorrente da revelação de casos de corrupção que envolveram empresários, agentes governamentais e diferentes partidos políticos. Esses fatos contribuíram para abalar a confiança da população nas instituições democráticas e desorganizaram o sistema político tradicional, levando ao acirramento de posições políticas extremadas. Como resultado, abriu-se espaço para a ascensão de políticos conservadores, sustentados por argumentos racistas, sexistas, LGBTfóbicos e contrários à chamada “ideologia de gênero”. Em resposta, milhões de mulheres brasileiras tomaram as ruas em defesa de seus direitos e organizaram ondas de protestos que culminaram na campanha #EleNão contra a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro.

Em meio a essa conjuntura complexa, as últimas eleições de 2018 inauguraram duas importantes novidades que impactaram diretamente a participação política de mulheres. Empresas foram impedidas de fazer doações para campanhas políticas, o que levou a Câmara dos Deputados a criar um Fundo Eleitoral com recursos públicos da ordem de R\$ 1,7 bilhões destinados exclusivamente para esse fim. Pelas novas regras eleitorais, as mulheres candidatas tiveram direito a pelo menos 30% desse montante, assim como a pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário e do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.

Essa conquista recente ajuda a explicar, em parte, o aumento da presença de mulheres na Câmara dos Deputados nas últimas eleições. Elas passaram de 51 para 77 deputadas eleitas, sendo 66 brancas, 10 negras e a primeira mulher indígena da história política. Já nas Assembleias Legislativas estaduais, das 1059 vagas existentes, as mulheres passaram a ocupar 164 cadeiras em 2018, um crescimento de 38% em comparação a 2014.

Apesar de importante, esse aumento ainda é insuficiente para corrigir as imensas lacunas de representação existentes na democracia brasileira. As mulheres que arriscam se lançar à carreira política ainda encaram uma série de barreiras, que vão desde a divisão desigual de tarefas domésticas no âmbito privado, passando pela falta de apoio dentro das estruturas partidárias, até dificuldades no exercício do mandato, onde se espera que tenham uma atuação circunscrita a temas ditos “femininos”, tendo que reafirmar sistematicamente o lugar de eleita e capaz. Na mídia, a exposição das mulheres políticas resvala, muitas vezes, para o escrutínio de características físicas e comportamentais, dando destaque para penteados, vestidos e tantos outros estereótipos de gênero.

Mesmo diante de tantas barreiras, as mulheres brasileiras vêm desempenhando um papel fundamental para o fortalecimento da democracia, para a promoção da igualdade e para a ressignificação de muitos direitos em nosso país, apesar de serem historicamente minorias nos espaços de poder político. No atual contexto de pandemia, elas assumiram a linha de frente, tanto em âmbito público - já que os serviços essenciais de atenção básica à saúde e à proteção social contam com uma força de trabalho majoritariamente feminina - quanto em âmbito privado. Foram as mulheres que acabaram se ocupando ainda mais das tarefas domésticas e de cuidados com crianças, idosos e parentes doentes perante o fechamento das escolas e a sobrecarga do sistema de saúde.

Se, de um lado, o isolamento social evidencia a centralidade do papel das mulheres para a organização da vida em sociedade, de outro ele reforça a necessidade de avançarmos rumo a uma democracia paritária, onde as mulheres possam participar mais ativamente da construção de soluções para os problemas públicos. Para isso, é fundamental que valores como a igualdade de gênero, de raça e de classe social estejam mais presentes em nosso cotidiano e em nossas instituições.

Lista de entrevistadas



Andreia de Jesus
Deputada Estadual



Kátia Cunha
Codeputada Estadual



Renya Carla
Prefeita



Áurea Carolina
Deputada Federal



Marcia Lucena
Prefeita



Robeyoncé Lima
Codeputada Estadual



Carol Vergolino
Codeputada Estadual



Marina Helou
Deputada Estadual



Tábata Amaral
Deputada Federal



Cristina Lopes Afonso
Vereadora



Moema Gramacho
Prefeita



Thainara Faria
Vereadora



Dani Monteiro
Deputada Estadual



Mônica Francisco
Deputada Estadual



Erica Malunginho
Deputada Estadual



Olívia Santana
Deputada Estadual



Jô Cavalcanti
Deputada Estadual



Paulinha
Deputada Estadual



Jó Pereira
Deputada Estadual



Priscila Krause
Deputada Estadual



Joelma Carla
Codeputada Estadual



Raquel Lyra
Prefeita

Chile

Aliança
convidada:



Pesquisadoras
locais:



Gabriela Seig é socióloga da Universidade do Chile e mestre em “Política, Trabalho e Bem-Estar” pela Universidade Autônoma de Barcelona. Participou de consultorias para desenho, implementação e avaliação de políticas sociais e trabalhou como pesquisadora em áreas como gênero, mercado de trabalho e desigualdades sociais.



Paula Poblete é economista, especialista em Sociologia pela Pontifícia Universidad Católica e mestre em Políticas Públicas pela Universidad de Chile. Trabalhou como pesquisadora e analista no Conselho Nacional de Cultura e Artes, no Banco Central do Chile e em várias consultorias. Sua experiência profissional está ligada a pesquisa e desenvolvimento, sistematização e análise estatística. Desde 2014, é diretora de estudos da ComunidadMujer.

Atualmente, com relação aos efeitos da pandemia e do confinamento, o Chile está em processo de convulsão social em suspensão, cuja reativação provavelmente será reforçada pelos efeitos dessa crise econômica e sanitária, uma vez que ela exacerbou as desigualdades e precariedades denunciadas pela população chilena em outubro de 2019.

Embora haja muitas pendências, a participação política das mulheres evoluiu lentamente e a história recente é marcada por fatos relevantes, que precedem e explicam o importante papel que as mulheres estão tendo nas atuais mobilizações sociais e em processos constituintes.

Em 2006, o Chile foi o primeiro país da América Latina a eleger uma presidente, Michelle Bachelet. Em 2015, a lei de cotas foi introduzida nas listas de candidatas ao Congresso Nacional, o que se traduziu em um aumento de 16% para 23% da representação feminina em 2017. Depois, em 2018, com mobilizações maciças e denúncias contra o machismo, contra os abusos e a violência sistemática de gênero, o movimento feminista saiu às ruas e se posicionou como uma força política expressiva.

O impacto de tais avanços na inclusão de mulheres na liderança política do Chile, formal e informalmente, foi qualitativo. A famosa performance de “LAS TESIS” demonstra a voz política que as mulheres estão tendo hoje, articulando a demanda feminista por uma sociedade igualitária livre de violência de gênero, mesmo fora das fronteiras do Chile. Além disso, a maior conquista pode ser vista em um dos marcos mais importantes da história institucional para as mulheres, quando, em março de 2020, foi aprovada a paridade de gênero na Assembléia Constituinte no órgão que, caso ganhe a opção por “Aprovar” no próximo plebiscito, elaborará a nova Constituição chilena.

Dessa forma, o Chile está diante da oportunidade histórica de construir uma nova sociedade, escrita por homens e mulheres. As entrevistadas chilenas identificam claramente as contribuições das mulheres e identificam a inovação política como um valor em suas orientações para ações políticas mais coletivistas e de diálogo, em suas ações suprapartidárias sob causas e agendas comuns e na promoção de um tratamento para surdos. Essas dinâmicas são expressas, por exemplo, pela formação de Julieta Kirkwood Caucus entre deputadas de diferentes partidos políticos, em 2018, para promover os direitos das mulheres; na criação da Comissão de Mulheres e Equidade de Gênero na Câmara dos Deputados no mesmo ano, para promover os direitos das mulheres, a diversidade sexual e a igualdade de gênero; na mudança de nome da Câmara dos Deputados para Câmara de Deputados e Deputadas.

Agora, resta nos prepararmos para trabalhar por mais conquistas e garantir que uma nova sociedade, escrita em paridade, não fique somente no papel.

Lista de entrevistadas



Alejandra Lantadilla Budinich
Vereadora



Gael Yoemans
Deputada



Ximena Ossandón
Deputada



Beatriz Sánchez
Jornalista



Izkia Siches
Presidenta
Colégio Médico



Camila Vallejo
Deputada



Juana Gaete
Vereadora



Catalina Pérez
Deputada



Lorena Arratia
Conselheira regional



Claudia Heiss
Especialista INAP
U. Chile



Maite Orsini
Deputada



Cristina Girardi
Deputada



Marcela Sabat
Deputada



Emilia Nuyado
Deputada



Maya Fernández
Deputada



Emilia Rios Saavedra
Vereadora



Ruth Miranda Muñoz
Conselheira regional



Fernanda Ortiz Guerra
Conselheira regional



Soledad Mella
Presidenta da Associação
de Catadores/as de
Material Reciclável

Colômbia

Alianças convidadas:



Pesquisadoras locais:



Aluna Serrano Barrera é cientista política, historiadora e mestre em desenho de espaços de diálogo. Sua experiência profissional baseia-se principalmente na criação de espaços de diálogo e cocriação para atores da sociedade civil, com foco na inovação política. Em 2019, fez parte, como pesquisadora, da equipe da rede nacional de defesa política *Nosotras Ahora*.



Juliana Hernández De la Torre é profissional em Finanças e Relações Internacionais e especialista em gestão cultural. Atualmente, é diretora executiva da Organización Artemisas, coordenadora da “Red Nacional de Incidencia Política Nosotras Ahora”, cofundadora do Exituto de Política Abierta, integrante da Red de Innovación Política de América Latina e ativista pela paz e pelos direitos das mulheres.

A Colômbia foi o penúltimo país da região a garantir o voto para as mulheres. Com a reforma constitucional promovida sob a ditadura de Gustavo Rojas Pinilla (1954), que teve a articulação de mulheres dos partidos liberal e conservador, as colombianas foram às urnas pela primeira vez, em 1957. O voto, é claro, não seria uma garantia para as mulheres serem representadas e terem acesso igual ao exercício político, razão pela qual até muito recentemente, no ano de 2011, promoveu-se a Lei 1475 de 2011 e a Reforma Política de 2015, conhecida como “Balanço de Poderes”, que estabeleceram diretrizes para os partidos políticos apoiarem financeiramente as candidaturas das mulheres e para que, em suas listas, se aplicassem os princípios de paridade, alternância e universalidade (Decreto 158 de 2015).

Sempre houve grupos de mulheres organizadas na Colômbia, participando até de guerras de independência e conseguindo, por exemplo, “a aprovação da Lei 28 de 1932 que eliminava o poder conjugal e dava às mulheres casadas o direito a administrar seus próprios ativos”, (Velásquez Toro, 1995). Porém, foram o contexto da guerra fria, o medo da consolidação da esquerda na Colômbia e a articulação das forças das mulheres que permitiram a aprovação do voto, considerando que eram elas que iriam proteger a tradição, defender os valores tradicionais da família e os valores cristãos. A conjuntura daquele momento, somada à pressão exercida por grupos como a Unión Femenina de Colombia e a Alianza Femenina de Colombia (NIMD, 2.018), abriu o caminho para a participação política das mulheres, um elemento-chave na inovação política das mulheres: redes de apoio e construção de poder coletivo.

As mulheres na Colômbia são uma força política, mas não uma força eleitoral. Os resultados das últimas eleições demonstraram isso mais uma vez: 14% de vereadoras, 17% de deputadas, 9% de prefeitas e 21% de congressistas. Se levarmos esses dados a uma visão geral - em nível nacional -, entendemos que, para cada 100 pessoas no poder, apenas 12 são mulheres. Isso é notado, por exemplo, por estudos sobre organizações e movimentos de mulheres - como a *Ruta Pacífica de las Mujeres* ou a *Iniciativa de Mujeres por la Paz*, entre muitas outras - que estão no comando há décadas nos processos de incidência política, na construção da paz com políticas públicas de gênero e com enfoques diferenciais para as vítimas do conflito armado. A representação política paritária é um requisito democrático.

As mulheres entrevistadas demonstraram que a inovação as atravessa desde o momento em que afirmam buscar alternativas às formas tradicionais de fazer política e se questionam o que muda quando uma mulher chega ao poder. Essa inovação ocorre muitas vezes em resposta a espaços de poder que, longe de acolhê-las, impõem obstáculos à sua participação. As mulheres dão conta de exercícios políticos mais coletivos, dados com análises e defendem diversas lutas, além da defesa dos direitos das mulheres, posicionam a agenda para a proteção e preservação do meio ambiente, para a implementação do Acordo de Paz e para o desenvolvimento de uma perspectiva mais plural, social e sustentável. A inovação também segue os caminhos evocados por

muitas das entrevistadas no fazer político. Esses questionamentos levaram ao surgimento de novas formas de discurso, de coletar experiências nos territórios, de envolver seu eleitorado e habitar espaços públicos e políticos com cores, música e práticas tradicionais que contrastam com as formas tradicionais.

Nas entrevistas, por vezes surgiu a necessidade de despatriarcalizar as práticas das mulheres eleitas, pois não apenas precisamos de mais mulheres no poder, mas de mulheres que defendam em profundidade agendas que as beneficiem e busquem a igualdade no exercício de seus direitos. Por fim, as experiências de violência política são um eixo que precisa ser trabalhado com maior afinco. Os espaços de poder perpetuam dinâmicas misóginas de exclusão contra as quais as mulheres precisam lutar. As raízes dessas práticas estão no próprio sistema político e, sem uma reestruturação que inclua uma perspectiva de gênero claramente estabelecida, o exercício político das mulheres será sempre dificultado.

Lista de entrevistadas



Aida Avella
Senadora



Julie Bohórquez
Vereadora



Ángela Garzón
Vereadora



Katherine Miranda
Deputada



Arneth Gutierrez
Vereadora



Lucía Bastidas
Vereadora



Blenny Valecilla
Prefeita (atual)
Ex-vereadora



Mafe Rojas
Vereadora



Catalina Ortiz
Deputada



María José Pizarro
Deputada



Claudia López
Prefeita



María Ruiz Taborda
Vereadora



Danis Londoño
Vereadora



Sandra Ortiz
Senadora



Isabel Sierra
Especialista /
Universidad
de los Andes



Victoria Sandino
Senadora



Juanita Goebertus
Deputada



Xinia Navarro
Vereadora

México

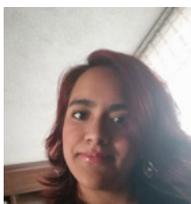
Aliança convidada:



Pesquisadoras locais:



Ana Joaquina Ruiz é especialista em gênero e políticas públicas. Colabora há 10 anos com várias organizações da sociedade civil em projetos de transparência, prestação de contas, governo aberto e transversalização da perspectiva de gênero. Sua última publicação se chama “Análise das trajetórias de mulheres em partidos políticos: perspectivas e desafios”. Gosta de viajar pela América Latina e se emociona com projetos sobre inovação política.



Aída Bustos é cientista política pelo ITAM, formou-se em Gênero, Sexualidade e Direito. Fanática pelos dados, possui experiência no uso, manuseio e visualização destes para realizar pesquisas quantitativas e complementar a qualitativa. Seus principais tópicos de interesse são direitos sexuais e reprodutivos, participação política das mulheres e violência /conflitos armados.



Ana Laura Flores Torres é formada em Ciências Políticas e Administração Pública pela UNAM. Seu trabalho tem sido relacionado à participação cidadã como principal motor da democracia. Tem buscado maneiras pelas quais a sociedade pode ser integrada à tomada de decisões do governo por meio da Administração Pública. Mulher mexicana, jovem e esperançosa em criar um México para todos.

O México alcançou, pela primeira vez, um Congresso Paritário⁷. A partir da integração dele, em 2019 foi aprovada a Lei da “Paridade em Tudo”. Em outras palavras, o princípio da paridade foi integrado à Constituição: nos processos eleitorais federais, estaduais e municipais; nas nomeações dos responsáveis pelas secretarias do Poder Executivo Federal; na nomeação dos ministros do Supremo Tribunal de Justiça da Nação (*Suprema Corte de Justicia de la Nación - SCJN*) e na conformação das prefeituras do CDMX. Além disso, uma conquista recente é o reconhecimento da violência política enquanto crime com base no gênero.

7. A Câmara dos Deputados é composta por 241 mulheres (48,2%) e 259 homens (51,8%); a Câmara do Senado é composta por 63 mulheres (49,2%) e 65 homens (50,8%).

As mulheres aumentaram substancialmente sua participação política nos últimos 20 anos, realizando ações que avançaram desde recomendar sua inclusão nos espaços institucionais até a lei da paridade em tudo. Em 2014, o princípio da paridade foi legislado no nível constitucional, forçando os partidos políticos a nomear conjuntamente suas candidaturas nos níveis federal e estadual. Posteriormente, o nível municipal foi incluído. Em 2018, a autoridade estabeleceu vários regulamentos e compromissos para que o princípio da paridade fosse respeitado. No entanto, a situação interna dos partidos políticos é incerta e, sobre esse assunto, o ILSB realizou o seguinte estudo.

Para superar a exclusão sistemática, as mulheres organizam sua ação em movimentos que exigem um aumento de sua presença na participação política formal, desde o início da transição democrática do país, no final dos anos 70, e ao longo dos anos 80. As representações das mulheres refletem a presença de seu movimento dentro do partido que as capacita, forma líderes e canaliza sua participação institucionalizada. Isto, unido a várias leis e reformas que favorecem a paridade, tem feito com que as mulheres se posicionem enquanto uma força política.

A inovação das mulheres na política se reflete na luta constante pelos espaços institucionais para sua participação, bem como pelas agendas que elas promovem e defendem. Ser mulher na política já representa inovação, porque é disruptivo. Atualmente, estamos ocupando espaços historicamente reservados e entendidos como exclusivamente para os homens. Aprendemos que a maioria das mulheres na política enfrentou atos que violaram e vulnerabilizam seus direitos políticos, atos de violência política que impediram sua participação; ao mesmo tempo, quase todas as mulheres apontam a importância da paridade, enfatizando que ainda há muito o que fazer para alcançar a igualdade substantiva.

As mulheres mexicanas consideram que sua participação é importante, porque sua simples presença gera reconhecimento e inclusão. A maioria considera que elas fazem política de maneira diferente dos homens.

Lista de entrevistadas



Alejandra Lagunes
Senadora



Martha Tagle
Deputada Federal



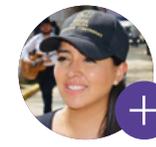
Circe Camacho
Deputada Estadual



Patricia Mercado
Senadora



Citlali Hernández
Senadora



Patricia Ortiz
Prefeita



Irma Juan
Deputada Federal



Sarah Cerna Villagra
especialista



Julieta Mejia
Deputada Estadual



Vanessa Rubio Márquez
Senadora



Kenia López Rabadan
Senadora



Wendy Briceño
Deputada Federal



Lucia Riojas
Deputada Federal



Xóchitl Gálvez Ruiz
Senadora



Maria Guadalupe Almaguer
Deputada Federal



Martha Micher
Senadora

Como realizamos o projeto ELEITAS

Mulheres
na Política



Nossa jornada
colaborativa e
intercultural

Eleitas trabalha para criar um processo inovador sobre a interpretação das vidas das mulheres eleitas, integrando suas narrativas pessoais no estudo da política institucional. As narrativas dessas mulheres são fonte primária de pesquisa. Apresentam e interpretam experiências, lançam luzes ao curso de uma vida em um dado contexto histórico e cultural. Além disso, iluminam tanto a lógica das trajetórias individuais de ação quanto os efeitos das limitações sistêmicas/ estruturais envolvidas. Tais formas de narrar fazem-se um quadro analítico que nos permite entender como as mulheres interpretam suas próprias experiências⁸.

Narrativas pessoais de grupos sociais não dominantes (mulheres no geral, classe trabalhadora, não-brancos, LGBTQ+) são fonte efetiva de insights contra-hegemônicos, pois expõem o ponto de vista dominante como particular, e não universal. Eleitas faz parte desse esforço de questionar tal construção e de buscar uma concepção totalmente humana da realidade social. Como a experiência humana é perpassada por gênero, consideramos fundamental resgatar e interpretar a vida das mulheres para melhor compreendermos o mundo.

O trabalho de campo foi marcado por diversos momentos: desde o delicado processo de aproximação com as alianças locais até o diálogo efetivo com as mulheres selecionadas, passando por conversas informais com militantes e especialistas, por visitas a diferentes espaços e pela participação em eventos relacionados ao tema.

Para entender o contexto em que a inovação emerge em cada um dos países e conhecer as histórias, desafios, visões e sonhos para uma outra política na América Latina, utilizamos métodos de pesquisa qualitativa, como entrevistas em profundidade, com, aproximadamente, uma hora e meia de duração, em um ambiente escolhido pela entrevistada.

[8. Personal Narratives Group \(Ed.\) Interpreting Women's Lives: Feminist Theory and Personal Narratives, 1989.](#) O livro organizado pelo Personal Narratives Group explica que tanto as ciências sociais quanto as humanas põem em questão quais experiências (e de quem) são consideradas exemplares nos estudos históricos e contemporâneos. Novos estudos estão redefinindo o que significa escrever história, com base em relatos em primeira pessoa de indivíduos comuns.

“Eleitas” é dividido em:

1. Mapeamento Colaborativo em parceria com alianças estratégicas locais:

Mapearam-se 600 mulheres eleitas, das quais 96 foram entrevistadas nos 6 países do estudo.

Democracia en Red **Argentina**

Coordinadora de la Mujer **Bolívia**

Instituto Alziras **Brasil**

ComunidadMujer **Chile**

Extituto de Política Abierta **Colômbia**

Artemisas **Colômbia**

Instituto de Liderazgo

Simone de Beauvoir **México**

2. Pesquisa de Campo: entrevistas com mulheres eleitas e especialistas no tema

Campo México:

de 20 a 30/05/2019

Campo Colômbia:

de 31/05 a 13/06/2019

Campo Argentina:

de 11/07 a 23/07/2019

Extra: 35° Encuentro

Plurinacional de Mujeres:

de 11/10 a 1/10/2019

Campo Chile:

de 21/11 a 7/12/2019

Campo Brasil:

Ao longo de todo projeto

Campo Bolívia:

de 23/03/2020 a 10/04/2020

3. Análise colaborativa com alianças locais a partir da construção de uma metodologia intercultural

A metodologia foi uma construção intercultural e colaborativa, com parceiras em todos os países promovendo conexões, fortalecendo a inteligência coletiva e gerando o fortalecimento do ecossistema de inovação política latino-americana.

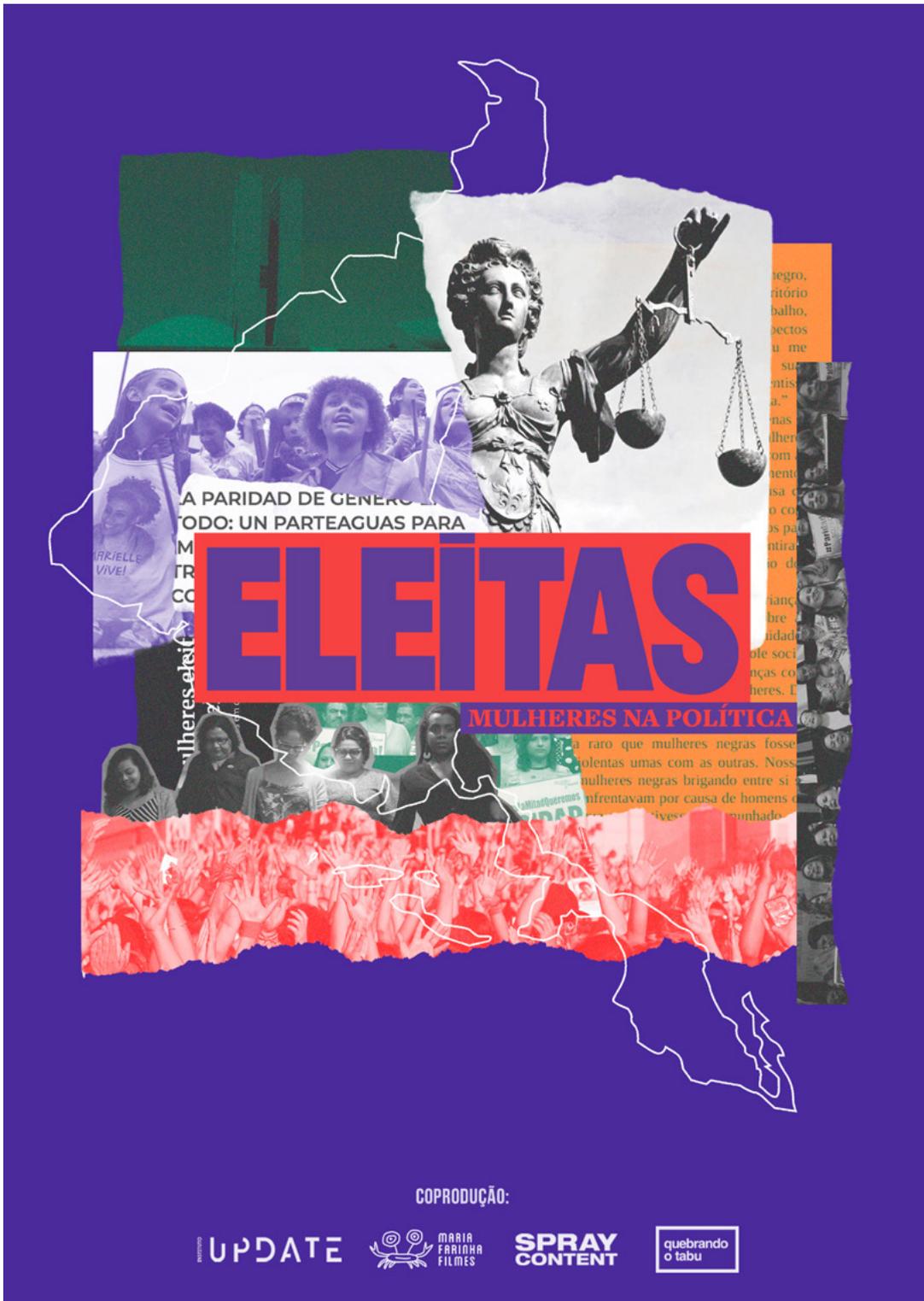
Para a análise do material, o Instituto Update propôs um fluxo que facilitasse a coleta de informações das 1.919 páginas de entrevistas transcritas e sua sistematização em uma plataforma que pudesse ser alimentada e alterada por todas as aliadas, em tempo real. O processo de análise foi colaborativo e todos os procedimentos ficaram abertos a modificação. O uso da teoria fundamentada permitiu a criação de novas categorias, bem como sua exclusão e alteração, gerando, ao final do processo, uma macrovisão contextual de cada país (comportamentos, práticas e inovações emergentes), narrativas de mulheres políticas (sua linguagem, trajetórias e ações políticas), seus pontos em comum e suas diferenças.

4. Sistematização dos aprendizados em um relatório final: **este que vocês acabaram de ler :)**

5. Construção de uma estratégia de comunicação transversal

Para a veiculação dos conteúdos do projeto em diferentes plataformas e com parceiros estratégicos de conteúdo - siga o [@institutoupdate](https://www.instagram.com/institutoupdate) nas mídias sociais para acompanhar. Tem interesse em apoiar e divulgar? Mande um e-mail pra gente no comunicacao@institutoupdate.org.br com sua ideia. Vamos ocupar as redes com mais mulheres na política!

6. Difusão audiovisual dos conteúdos e histórias a partir da produção de websérie disponível no Youtube, em parceria com Quebrando o Tabu e Maria Farinha Filmes.



Notas metodológicas

1. Por razões de limitação de orçamento e tempo, foi necessário realizar todas as entrevistas em duas cidades (a capital e uma segunda municipalidade). Apesar dessas limitações, procuramos entrevistar pessoas de diferentes lugares, que pudessem nos dar perspectivas sobre outras realidades além daquelas das cidades visitadas. Ainda assim, algumas localidades acabaram por ser sobre-representadas, como o departamento de Antioquia e Bogotá D.C., no caso colombiano.

2. Apesar de priorizarmos a diversidade geográfica, étnico-racial e de espectro político, notou-se predominância do centro e da esquerda. Isso porque, desde o primeiro mapeamento, as entrevistadas foram escolhidas por critérios de inovação política e representação de minorias (LGBT+, indígena, afro-colombiana), frequentemente mais associadas a partidos localizados nesse campo. Também tínhamos a intenção de entrevistar 50% de mulheres pertencentes às minorias étnicas e raciais; contudo, deparamos-nos com sub-representação de mulheres negras e indígenas, o que evidencia o racismo institucional nas estruturas de poder.

3. O universo de análise não é estatisticamente representativo das mulheres eleitas na América Latina e, portanto, não permite a generalização ou inferência de teorias sobre representação política no continente - e sequer nos seis países em questão. Entretanto, apresenta uma sólida fatia do total de mulheres inovadoras nos países selecionados - dessa forma, podemos vislumbrar estratégias, perfis e padrões das mulheres que se vinculam (declarada ou indiretamente) ao ecossistema da inovação política latino-americana.

4. Nossa hipótese pressupunha que as mulheres inovavam politicamente, com base em pesquisas anteriores realizadas pelo Instituto Update, mas não houve uma contrapartida masculina para verificar quais eram os discursos dos homens sobre questões de gênero. No entanto, este relatório não se trata de um estudo comparativo e nosso objetivo foi encontrar estratégias de inovação política nas entrevistas que fizemos, que foram com mulheres selecionadas, permitindo-nos tirar conclusões a partir das informações mobilizadas.

Quem somos e quem fez parte

O Instituto Update é uma organização da sociedade civil que pesquisa e fomenta a inovação política na América Latina. Nossa busca é por novas estratégias e práticas para aproximar cidadãos e cidadãs do exercício político, combatendo desigualdades, enfrentando a emergência climática e fortalecendo a democracia. Estamos pautadas em dois pilares: difundir histórias inspiradoras e impulsionar a inovação política em campanhas e mandatos. Para isso, nossos projetos são desenvolvidos a partir de duas estratégias: gerar Visibilidade e impulsionar a Viabilidade do ecossistema de inovação política.

Os países em que atuamos, sempre com o apoio de uma organização local, são: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México.

Viabilidade da participação política

Tecnologia e Formação
Fortalecimento e aceleração da inovação em campanhas eleitorais e em mandatos.

Visibilidade à inovação política

Pesquisa e Difusão

Geração de um novo imaginário político para reconstruir a confiança na política.

Área de visibilidade

Nós acreditamos no poder das histórias. E histórias sobre uma nova política são cruciais para superar a crise que estamos vivenciando em toda a região e mundo democrático.

Nossa abordagem consiste em entender e analisar comportamentos políticos emergentes na América Latina e produzir novos conhecimentos, linguagens, formatos e narrativas acessíveis que contem histórias sobre uma nova política possível e que está acontecendo agora.

Utilizamos uma combinação de metodologias que exploram o comportamento humano com olhar positivo e propositivo sobre as novas maneiras de estar em sociedade no século 21:



1. Mapeamento colaborativo

2. Entrevistas em profundidade

3. Entrevistas com especialistas

4. Vivências e conversas abertas

5. Identificação de tendências contemporâneas que rompem paradigmas sócio-culturais-políticos



6. Criação de conteúdos e novas narrativas sobre #inovação política, utilizando a comunicação transmídia e multiplataforma como ferramenta de contágio



7. Articulação de parcerias locais com organizações e institutos de referência para ampliar a conexão com a América Latina

8. Articulação de parcerias audiovisuais (produtoras, roteiristas, diretoras) que estão pensando formatos inovadores em contar histórias, com uma mirada decolonial e descentralizada

9. Pesquisa quantitativa (em parceria com organizações especializadas)

Para saber mais

Referência para consulta: dados e outros estudos sobre mulheres e política

- [Ministerio del Interior, Obras Públicas y Vivienda Observatorio Político Electoral](#)
- [Observatorio de igualdad de género de América latina y el Caribe](#)
- [Feminindex de Economía Femeni\(s\)ta](#)
- [CIPPEC](#)
- [Sistema de Indicadores de Género \(específicamente autonomía toma de decisiones\)](#)
- [OBSERVATORIO DE GÉNERO Coordinadora de la Mujer](#)
- [ONU - MUJERES. Participación Política.](#)
- [OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. Órgano Electoral Plurinacional](#)
- [OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRÁTICA. Órgano Electoral Plurinacional. IDEA INTERNACIONAL](#)
- [OBSERVATORIO DE GÉNERO. Coordinadora de la Mujer. IDEA INTERNACIONAL. Mónica Novillo. Paso a paso Así lo hicimos](#)
- [COORDINADORA DE LA MUJER. Propuesta Foros Departamentales “Ahora... Paridad en Programas de Gobierno.”](#)
- [La política de paridad y alternancia de género en los órganos de elección del Estado Plurinacional de Bolivia y en las instancias políticas intermedias: un avance en la garantía de la autonomía en la toma de decisiones de las mujeres](#)
- [“VIOLENCIA POLÍTICA POR RAZÓN DE GÉNERO”](#)
- [CENTRO DE ATENCIÓN Y MONITOREO DE ACOSO Y VIOLENCIA POLÍTICA](#)
- [Para onde vamos? Construindo um futuro antirracista a partir das estratégias e soluções do movimento brasileiro de mulheres negras](#)
- [Perfil das Prefeitas no Brasil \(2017-2020\) - Pesquisa revela quem são as mulheres que governam o Brasil](#)
- [Mais Mulheres na Política: Retrato da sub-representação feminina no poder](#)
- [Gênero e Feminismos: Argentina, Brasil e Chile em Transformação](#)
- [Por um feminismo Afro-latino-Americano](#)
- [Mais Mulheres na Política: Mulher, tome partido!](#)
- [Gênero e Número: primeira organização de mídia no Brasil orientada por dados para qualificar o debate sobre equidade de gênero.”](#)
- [Vozes Femininas na Política uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte](#)
- [Observatório Brasil da Igualdade de Gênero](#)
- [A presença das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão](#)
- [Elas no Congresso: ranking de políticos em relação aos direitos das mulheres](#)
- [Ministerio de la Mujer y Equidad de Género](#)
- [Servicio Nacional de la Mujer y Equidad de Género. Línea de trabajo: “Mujer y política”](#)
- [Instituto Nacional de Estadística. Estadísticas de Género](#)
- [Servicio electoral de Chile. Estadísticas.](#)
- [Biblioteca Nacional de Chile. Historia, mujer y género en Chile](#)
- [Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Participación política de las mujeres: a nivel central y local](#)
- [Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Antecedentes para el proyecto de ley de cuotas en Chile.](#)
- [Comisión Mujeres y Equidad de Género. Cámara de Diputados y Diputadas](#)
- [Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. CHILE: autonomía en la toma de decisiones](#)
- [ComunidadMujer. Publicaciones “Mujer y política”](#)
- [ComunidadMujer. Resultados y hallazgos de las cuotas de género en las Elecciones Parlamentarias 2017](#)

- [ComunidadMujer. Mujer y política: por una mayor participación femenina en la toma de decisiones públicas](#)
- [PNUD. Nuevo mapa del poder y género en Chile \(1995-2018\). Página 30. Poder político](#)
- [PNUD. Representación política de mujeres en el Poder Legislativo](#)
- [PNUD. Diagnóstico sobre la participación electoral en Chile](#)
- [PNUD. Estudio sobre financiamiento de los partidos como estrategia de promoción de la participación política de las mujeres.](#)
- [PNUD. Una década de cambios hacia la igualdad de género \(2009-2018\). Página 30: percepciones sobre participación de las mujeres en la política](#)
- [CEPAL. Las mujeres chilenas en los noventa: hablan las cifras. Página 135: participación política de las mujeres](#)
- [Cuotas de género. Democracia y participación. Revisión de datos en Chile.](#)
- [Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional. Datos actualizados de las Brechas de Género en Chile](#)
- [Informe GET: Brechas de género en Educación, Salud y Trabajo en Chile. 1990-2018.](#)
- [CONICYT. Participación de las mujeres en la Ciencia en Chile](#)
- [DANE, Encuesta Nacional del Uso del Tiempo](#)
- [DeJusticia, Participación política de las mujeres y partidos - 2013](#)
- [Departamento Nacional de Planeación, Equidad de género para las mujeres, a partir de p. 13](#)
- [IDB, Proporción del empleo público ocupado por mujeres](#)
- [Inter-Parliamentary Union, Mujeres en el parlamento comparación mundial](#)
- [Fecode, Revista Mujer](#)
- [Mesa de género de la Cooperación internacional en Colombia, Insumos para consideración de la Misión Especial Electoral - a partir p. 14](#)
- [NIMD, Violencia de género en política](#)
- [OIT, Mujeres en cargos de alta responsabilidad](#)
- [ONU, Informe "Atenea" -Colombia, la hora de la paridad](#)
- [PNUD, Mujeres y política: claves para su participación y representación - a partir de la p. 35](#)
- [Universidad Externado, Aplicación de las cuotas de género en Colombia - a partir p. 9](#)
- [Estudio de ONU Mujeres sobre Violencia Política de las Mujeres en Ecuador](#)
- [Prevenir La Violencia Contra Las Mujeres Durante Las Elecciones: Una Guía de Programación](#)
- [A contribuição das mulheres para a igualdade na América Latina e no Caribe](#)
- [INE, Instituto Nacional Electoral](#)
- [Igualdad de género y no discriminación.](#)
- [Mujeres en la política. Participación y representación](#)
- [Violencia política contra las mujeres](#)
- [Paridad en las candidaturas](#)
- [Paridad de Género. Participar y votar en igualdad](#)
- [Evolución normativa en México. Paridad](#)
- [Paridad en los Organismos Públicos Electorales. Paridad](#)
- [CRONOLOGÍA. Movimiento de paridad en México 1910 - 2019](#)
- [INEGI, Atlas de Género](#)
- [FEPADE, Fiscalía Especializada Para la Atención de Delitos Electores](#)
- [ONU Mujeres, Liderazgo y participación política](#)
- [Strategia Electoral: participación de las mujeres en la política](#)
- [IMCO, Instituto Mexicano para la Competitividad; Informe legislativo 2018, Paridad de Género en el Poder Legislativo](#)
- [PNUD México, Participación política de las Mujeres en México \(2013\)](#)
- [CNDH, Comisión Nacional de los Derechos Humanos \(2009\)](#)
- [Observatorio de Participación Política de las Mujeres en México](#)
- ["Cámara de Diputados Mx, La participación política de las mujeres.De las cuotas de género a la paridad "](#)
- [Instituto de las Mujeres de la Ciudad de México](#)
- [ONU-PNUD-IDEA, Atenea, por una democracia 50/50, LA DEMOCRACIA PARITARIA EN MÉXICO: AVANCES Y DESAFÍOS](#)
- [Violence against women in parliament](#)
- [Campanha #NotTheCost](#)

DO SUFRÁGIO FEMININO À PARIDADE & RECONHECIMENTO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

México

1953
SUFRÁGIO
FEMININO
UNIVERSAL

1996
Lei de cotas
♀30%

2014
Paridade no
Legislativo
♀50%

2017
Protocolo de
atendimento
a violência
política contra
as mulheres

2019
PARIDADE
EM TODOS
CARGOS
PÚBLICOS

Colômbia

1954
SUFRÁGIO
FEMININO
UNIVERSAL

2011
Lei de cotas
♀30%

Brasil

1932
SUFRÁGIO
FEMININO
UNIVERSAL

1997
Lei de cotas
♀30%

Bolívia

1952
SUFRÁGIO
FEMININO
UNIVERSAL

1997
Lei de cotas
♀30%

2009
PARIDADE
EM TODOS
CARGOS
PÚBLICOS

2012
Lei contra assédio
e violência política
contra mulheres
(Lei 243)

Chile

1949
SUFRÁGIO
FEMININO
UNIVERSAL

2015
Lei de cotas
♀40%

Argentina

1947
SUFRÁGIO
FEMININO
UNIVERSAL

1991
Lei de cotas
♀30%

2019
Paridade no
Legislativo
♀50%

Este projeto foi feito por muitas mãos. Agradecemos a cada uma/um que tornou essa ideia possível.

As colaboradoras que fazem parte da equipe do estudo **ELEITAS** são:

Beatriz Pedreira: coordenadora geral

Carol Althaller: planejamento de conteúdo e estratégia de comunicação

Carol Pires: redação

Daniela Delamare e Mariana Brunini: sistematização do conteúdo audiovisual

Isadora Brant: cinegrafista e foto-jornalista

Larissa Dionisio: produtora executiva

Luciana Minami e Jonaya de Castro: co-idealização

Luciana Ramos: tradução espanhol

Patrícia Rangel: analista de pesquisa qualitativa e consultoria em gênero e política

Rane Souza: tradução inglês

Victoria Carvalho: projeto gráfico, narrativa visual e diagramação.

VGL Translations & Publishing: transcrições

Zainne Lima: revisão textual

Pesquisadoras e organizações locais:

Agustin Frizzera - Democracia en Red - ARG

Aída Bustos Martínez - Instituto de Liderazgo Simone de Beauvoir - MX

Aluna Serrano Barrera - Extituito de Política Abierta - COL

Ana Joaquina Ruiz Guerra - consultora independente - MX

Ana Laura Flores Torres - Instituto de Liderazgo Simone de Beauvoir - MX

Clara Carolina de Sá - Instituto Alziras - Brasil

Gabriela Saieg - ComunidadMujer - CHL

Julia Beatriz Alandia Ricaldi - Coordinadora de la Mujer - BOL

Juliana Hernández De la Torre - Artemisas - COL

Lucia Vargas Sontura - Coordinadora de la Mujer - BOL

Marina Barros - Instituto Alziras - BRA

Michelle Ferreti - Instituto Alziras - BRA

Mónica Alejandra Novillo Gonzales - Coordinadora de la Mujer - BOL

Paula Poblete Maureira - ComunidadMujer - CHL

Roberta Eugênio - Instituto Alziras - BRA

Soledad Tuñón - Democracia en Red - ARG

Thaís Torres Nunes - Iniciativa Brasileñas - BRA

Conselheiras e consultoras:

Carla Mayumi: conselheira pesquisa qualitativa

Cila Schulman: conselheira

Coletivo Massa: consultoria em diversidade racial

Gênero e Número: consultoria em gênero e dados quantitativos

Manoela Miklos: conselheira

Mariana Cosgwell: conselheira em temas de liderança feminina

Mattos Filhos: consultoria jurídica pro-bono

Equipe audiovisual

Ana Bovino, Andrea Giusti, Bruna Bravo, Carol Avelino, Cinthia Imamura, Daniela Sánchez, Duda Porto de Souza, DYG Midnight, Elton de Almeida, Fernanda Polacow, Gal Buitoni, Geisa França, Giulia Salvatore, Inés Terra, Julia Teles, Lili Carvalho, Lucas Campos, Lucas Ogasawara, Luis Felipe Labaki, Mariana Martins, Maranhã, Mariana Oliva, Marina Mercês, Mario Lemes, Mazi Rodrigues, Patrícia Castilho, Patrícia Martins, Paula Tobón, Renata Correa, Renata Romeu, Roberto Collío, Rosa Caldeira, Vanesa Castiblanco, Victoria Marechal e Viviane Zangrossi.

Agradecimentos especiais à equipe Instituto Update:

Alejandra Parra, Amanda Figueiredo, Dardo Ceballos, Gabi Juns, Marcelo Bolzan, Miguel Peixe, Tulio Malaspina e Vanessa Pechiaia.

Apoio:



**OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS**



**BMW
Foundation**
Herbert Quandt



Luminate
Building stronger societies

+ apoiadoras individuais

Crédito Fotos: **Isadora Brant**

Crédito Capa: **Isadora Brant (Foto), Victoria Carvalho (Design)**

Todo o conteúdo deste material está disponível em [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)



Mulheres na Política

INSTITUTO UPDATE

Saiba mais em:

eleitas.org

contato@institutoupdate.org.br

[/institutoupdate](#)

[@institutoupdate](#)